

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA**

RAIKA JULIE MOISES

**FALAM DE MIM E EU FALO DE NÓS: GÊNERO, RAÇA E
CORPOREIDADE NA TRAMA VIRTUAL**

**Rio de Janeiro
2016**

RAIKA JULIE MOISÉS

**FALAM DE MIM E EU FALO DE NÓS: GÊNERO, RAÇA E
CORPOREIDADE NA TRAMA VIRTUAL**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Linha De Pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré De Araújo Cabral

**Rio de Janeiro
2016**

RAIKA JULIE MOISÉS

**FALAM DE MIM E EU FALO DE NÓS: GÊNERO, RAÇA E
CORPOREIDADE NA TRAMA VIRTUAL**

Prof. Dr. Muniz Sodré – Orientador
Pós-Doutor pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof.a Dr.a Raquel Paiva de Araújo Soares
Pós-Doutora pela Università degli Studi di Torino, Itália
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Julio Tavares
Pós-Doutor pelo Center for Black Music Research, em Chicago (2001)
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal
Fluminense**

Rio de Janeiro
2016

CIP - Catalogação na Publicação

MM714f Moisés, Raika Julie
Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual / Raika Julie Moisés. -- Rio de Janeiro, 2016.
92 f.

Orientador: Muniz Sodré De Araújo Cabral.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

1. Corpo . 2. Corporeidade. 3. Raça. 4. Gênero. 5. Comunicação alternativa. I. Sodré De Araújo Cabral, Muniz , orient. II. Título.

À minha mãe e ao meu filho que me permitem o encontro comigo mesma

Agradecimentos

Aos meus pais, Regina e Pedro, por acreditarem em mim, me darem esta e outras tantas oportunidades. Eternamente grata pelo apoio, carinho e amor incondicional. Não há palavras que dêem conta da minha gratidão.

Ao João, pelo amor presente e contínuo.

A minha família, que de longe ou de pertinho, está sempre presente nas minhas memórias, na minha trajetória e nos melhores pensamentos.

As minhas irmãs-amigas Joyce e Viviane, por tudo e para sempre.

Ao “Para siempre pero no much” pela alegria de caminhar junto e compartilhar a vida, os sonhos e ser família.

A Silvana Bahia e ao Thiago Ansel, por tudo que ‘vivemos, sofremos e choramos’, mas principalmente, por tudo que conseguimos transformar em sorrisos eternos.

Ao meu orientador, Muniz Sodré, pela crença em mim, pela atenção, pelas ‘deixas’ bibliográficas, pela paciência, pelo dom de ensinar e pelo axé.

A todos os profissionais da Escola de Comunicação da UFRJ.

Ao Grupo de Estudos sobre Raça: sou grata e sinto muitas saudades.

A todas as ‘miudezas’ que, sempre grandiosas, cruzam meu caminho.

A todas as mulheres negras e a todas as mães do mundo.

A minha preciosa irmandade, sempre um pontinho de luz reluzente que me é refúgio e fortaleza, alegria e contemplação, entrega e gratidão!

Aos Santos Seres e Orixás do céu, da terra e do mar, agradeço e reafirmo a minha fé e o meu amor. Seguimos, sempre, juntos.

A Capes, pelo financiamento integral desta pesquisa.

O grito

Tenho um grito entalado na garganta. Um grito longo, fino, estridente. Um grito dolorido, abafado. Um grito de mulher. Feminismo? Não sabia nem o que era. E antes mesmo de saber, o grito já estava lá. Sempre esteve sufocado. Em toda parte. Em todos os lugares. Não tenha amigos homens; lugar de mulher é no fogão; mulher tem que sedar o respeito; tá parecendo uma puta com essa saia curta; madrugada não é hora de mãe de família ficar pela rua; nem pense em transar no primeiro encontro; seu batom está chamativo demais; obedeça seu marido; mulher de bar não presta; "mulheres vulgares uma noite e nada a mais".

Faça isso, não faça aquilo. Seja assim, não seja assado. Regras demais, condutas demais, proibições demais. Por quê? Pelo simples fato de ser mulher? Até quando? A encoxada matinal no ônibus, a cantada barata do chefe cretino, a passada de mão na escada do metrô, murros e pontapés do próprio companheiro, sem falar nos inúmeros casos de estupro.

Então é só isso? Criar os filhos, cuidar da casa, e servir meu sexo numa bandeja sempre que o outro quiser?

Nas multidões muitas mulheres estão mortas. Dá pra ver nos olhares opacos, morreram por dentro e apenas vagueiam. E quando as mulheres morrem, os homens - rebentos de seus ventres ainda não perceberam, mas também estão morrendo.

Não é possível, ninguém vai fazer nada? Mas há também mulheres que lutam. Dá pra reconhecer pelo olhar firme e aceso no vai e vem da marcha cotidiana.

Carrego comigo o legado de minha mãe, de minha avó e de tantas outras que me antecederam. O grito que carrego também é delas.

Pelos prazeres que não puderam ter, pelo corpo feminino que não puderam explorar, pelo voto e palavras negadas, pelo potencial não exercido, pelo choro em lágrimas secas. Tenho um grito entalado na garganta. Um grito denso, volumoso, um grito ardido, de veias saltadas. E hoje ele vai sair.

O corpo é meu!

(Terra fértil, Jenyffer Nascimento)

Resumo

MOISES, Raika Julie. **Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta pesquisa tem como ponto de partida a mulher negra como sujeito existente, criadora, criativa e autônoma. Pretende-se aqui acompanhar, analisar e discutir as práticas, discursos, estratégias, intervenções desenvolvidas por mulheres negras jovens sobre corpo, corporeidade, direitos, identidade e gênero nas redes sociais e como esses discursos reverberam (se reverberam) dentro e fora da rede. A mulher é uma categoria analítica imprescindível para compreensão política da cultura nacional e da sociedade brasileira, uma vez que esse entendimento estrutura relações sociais e de poder. Logo, o que a pesquisa pretende abordar é que neste contexto se definam as lógicas, que orientam processos de afetividade, dinâmicas de identidade, de relações sociais, de dominação, de estratificações, de onde partem as escolhas tanto de quem apresenta a proposta do coletivo quanto de quem se identifica com ele e resolve participar das discussões propostas. Nesta pesquisa, a mulher negra – e sua corporeidade – é sujeito, jamais objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Corporeidade, Raça; Gênero; Comunicação alternativa.

Abstract

MOISES, Raika Julie. **Falam de mim e eu falo de nós: gênero, raça e corporeidade na trama virtual**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This research has as its starting point the black woman as a subject existing, creative, creative and autonomous. It is intended here to monitor, analyze and discuss the practices, discourses, strategies, interventions developed by young black women on the body, corporeality, rights, identity, gender and representation in social networks and how these discourses reverberate (if reverberate) inside and outside the network. The woman is an essential analytical category for political understanding of national culture and of Brazilian society, since this understanding structure social and power relations. Soon, the research aims to address is that in this context to define the logic that guide affectivity processes, emotions, dynamic identity, social relations of domination, stratifications, from where the choices both of whom presented the proposal the collective and who identify with it and solve part of the proposed discussions. In this research, the black woman - and his corporeality - is subject, never the object of study.

KEYWORDS: Body; Corporeality, race; Genre; alternative communication.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. <u>CAPÍTULO I: A TRAMA COLETIVA</u>	
2.1. Trama feminina: uma breve apresentação dos coletivos	24
2.1.1. BLOGUEIRAS NEGRAS	29
2.1.2. MENINAS BLACKPOWER	30
2.1.3. ANASTÁCIA CONTEMPORÂNEA.....	31
2.2. A trama coletiva: cultura, mídia e recepção	32
2.3. Rápidas considerações sobre o discurso racial no mídia.....	37
2.4. Comunicação comunitária, participativa, alternativa e popular.....	38
2.5. Breves apontamentos sobre comunicação alternativa.....	41
3. <u>CAPÍTULO II: O CORPO</u>	
3.1. Corpo comum: o início de tudo	46
3.2. O corpo-coletivo: corporeidade	53
3.3. O corpo nos coletivos.....	56
4. <u>CAPÍTULO III: IDENTIDADE E CORPOREIDADE NEGRA</u>	
4.1. Identidade e corporeidade negra na bios virtual	63
4.2. Coletivo é o lugar da fala, do corpo e da produção de conteúdo	67
4.3. Hashtags: alcançam o que desejam?	70
4.4. #somostodas é só para algumas – entre o virtual e o possível.....	72
4.5. Afroconveniência ou quando ser negra cai bem.....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6. CONCLUSÃO	86
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
8. ANEXOS.....	96

1. INTRODUÇÃO

"Racismo não é coisa de ignorante. É coisa de profissional que usa desta prática para negar direitos básicos que ele entende como privilégio. Racismo é coisa de profissional, é estruturante para o exercício de poder contra quem o racista julga ser inferior. Não se enganem, o racista tem plena consciência do seu ato"

Sueli Carneiro

Em primeiro de fevereiro de 2015, a versão on-line do Jornal Folha de São Paulo¹ saiu às ruas perguntando a diferentes mulheres paulistanas o que elas achavam do trecho “*da deselegância discreta de suas meninas*” da canção Sampa, escrita por Caetano Veloso em 1978. Dentre as diversas opiniões, o que me saltou aos olhos foi outro trecho desta mesma canção, onde o cantor baiano diz: “*Quando eu te encarei frente a frente, não vi o teu rosto, chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto, é que Narciso acha feio o que não é espelho*”. A narrativa embora esteja associada à relação do compositor com a cidade de São Paulo, o trecho específico trouxe à tona reflexões sobre corporeidade, identidade, gênero e raça nos discursos contemporâneos.

Quantas mulheres negras têm a oportunidade de subverter a lógica coletiva oferecida a elas e terem em suas vidas posturas narcisistas como menciona a canção? Quando, em muita das vezes, a realidade apresentada a elas é de que o belo, o bom gosto está justamente no que se vê fora do espelho, o que não está em si mesma. Fanon (2008, p. 107) nos ajuda a compreender esta contestação ao afirmar que “o mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse”. O que o mundo, apresentado por Fanon e o mundo atual definem como *conduta de preto* é justamente esse lugar menor, pejorativo, menos qualificado, pequeno – ou quase nulo – de qualidades, repleto de erros e que, ao ser silenciado repetidas vezes, vai se tornando mudo, imperceptível, sem causar desconforto para quem o ignore.

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1582391-dez-paulistanas-questionam-letra-de->

Especificamente, em relação as mulheres negras a situação, senão pior, é semelhante. Mas, ainda assim, todas elas (todas nós) estão aí, existindo. Sendo ou não aceitas, ainda assim reverberam e se multiplicam, o que será apresentado e discutido ao longo desta pesquisa.

Para melhor ilustrar, somente em 1932 é que as mulheres – nem todas – tiveram o direito ao voto. Nem todas, porque só podiam ter participação política mulheres casadas, desde que autorizadas pelo marido, e as solteiras ou viúvas, o direito lhes era garantido desde que tivesse renda própria. Com este recorte mais específico, o número de mulheres negras beneficiadas pela lei era ainda mais reduzido. Passados 84 anos da existência da lei, a luta pelos direitos se mantém de forma onipresente na vida das mulheres, em especial, a mulher negra, pois os espaços de poder de Estado ainda são campos de ausência da presença feminina, bem como da prevalência da diversidade.

De acordo com o estudo “Global Gender Report 2014”, o Brasil ficou na 71ª posição em um total de 142 nações analisadas. No ano passado, o país figurava no 62º lugar. O recuo interrompe uma escalada brasileira na tabela desde 2010, quando ocupava o 85º lugar entre 135 países².

O apagamento de biografias e o esvaziamento de singularidades por narrativas descontextualizadas e distanciadas da história, é uma estratégia discursiva poderosa que resulta em danos irreparáveis na vida de pessoas negras. Sueli Carneiro (2004) afirma que uma das características principais do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade. Ação rotineira nos meios de comunicação convencionais onde em um comercial – por exemplo, de forma isolada, um negro aparece em uma multidão de brancos para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias (idem, 2004).

Com os brancos ocorre diretamente o inverso. Eles são respeitados em suas individualidades e a representação que os veste é complexa, repleta de diversidade. A branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de

² http://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cai-nove-posicoes-fica-em-71-entre-142-paises-em-igualdade-de-genero-14382831?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo (visitado em 13/05/2016)

toda sorte de indagações (idem, 2004), inclusive da existência de um sujeito verdadeiramente humano.

É este o ponto de partida desta pesquisa: a mulher negra como sujeito existente, criadora, criativa e autônoma. Pretende-se aqui acompanhar, analisar e discutir as práticas, discursos, estratégias, intervenções e performances desenvolvidas por mulheres negras jovens sobre corpo, corporeidade, direitos, identidade, gênero e representação nas redes sociais e como esses discursos reverberam (se reverberam) dentro e fora da rede, e, se de fato, as ações propostas por estes grupos contribuem e reafirmam o fortalecimento da identidade feminina negra.

A aproximação da pesquisadora com estes coletivos de mídia, existente nas redes sociais aconteceu, pela primeira vez, no ano de 2011. À época, a equipe de comunicação do Observatório de Favelas³, então composta por três profissionais de comunicação negros, sendo um homem, uma mulher e uma estagiária, também do sexo feminino, desenvolveu um mapeamento dos veículos de comunicação alternativa existentes na cidade do Rio de Janeiro⁴.

Após a conclusão deste levantamento, a equipe de comunicação observou que dentre as características dos veículos mapeados, algumas mereciam atenção especial, tais como o fato da maioria dos veículos estar localizada em regiões onde o índice de violência é relativamente alto; a quantidade de jovens negros moradores destas localidades é bastante expressiva; os profissionais que desenvolviam as ações de comunicação dispunham de pouco ou quase nenhum recurso para viabilizarem seus veículos.

Em 2013, a equipe de comunicação viu a necessidade de retomar as discussões sobre comunicação alternativa, com um recorte bem específico: como os veículos mapeados anteriormente e outros que vieram a surgir, articulavam suas atividades de comunicação com ações de enfrentamento ao racismo. Para surpresa coletiva, muitos dos veículos mapeados em 2011, haviam deixado de existir e os que restavam,

³ O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. www.of.org.br

⁴ Mídia e Favela é um levantamento de veículos de mídia alternativa em favelas e espaços populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizado pelo Observatório de Favelas com o apoio da Fundação Ford. Seu objetivo foi produzir um diagnóstico sobre estas iniciativas de comunicação popular e, ao mesmo tempo, balanços de como as favelas e espaços populares são representados em três veículos impressos da grande mídia, com diferentes perfis.

migraram do jornal impresso, da rádio comunitária e de outros meios, para as redes sociais⁵. Surge então o projeto Direito à Comunicação e Justiça Racial⁶.

Ao navegar nestes ‘novos’ canais de comunicação e difusão, a pesquisadora se deparou com vários grupos com mesma característica entre si: grupo/coletivo de mulheres negras, de forte atuação nas redes sociais, mas também fora delas, fomentando discussões sobre direitos, gênero e raça, tendo a estética como fio condutor das discussões políticas acerca destes temas.

Estes grupos chamaram a atenção não apenas pelo poder de alcance de suas postagens, ações/intervenções/performances utilizadas nas rede, mas também pela força da mobilização e debate sobre fatos do cotidiano que tantas vezes passam despercebidos, mas que na rede ganhavam repercussão e reflexões pouco vistas foram daquele ambiente.

Parte significativa da sociedade brasileira tem interesse em aprofundar o conhecimento sobre as representações no imaginário social que envolvem gênero, raça e direitos, com destaque para a articulação teórica e prática dos temas. Deste modo, a mulher como um todo torna-se uma categoria analítica imprescindível para compreensão política da cultura nacional e da sociedade brasileira, uma vez que esse entendimento estrutura relações sociais e de poder.

Nesta pesquisa, a mulher negra é sujeito, jamais objeto de estudo. O narcisismo, aqui também compreendido como um posicionamento político por meio da estética, de fato auxilia no combate ao racismo e a discriminação de gênero e raça no Brasil? Maffesoli (2005) mostra que a estética é uma ferramenta diferenciada na luta antirracismo, pois ela propõe uma lógica de identificação do sujeito com o outro.

O autor propõe que essa dimensão antecede o modelo emergente de identidades flexíveis, permitindo aos sujeitos uma circulação de valores e aparências – identificando-se ou negando o modelo proposto, ou então para garantir a sensação de pertencimento a determina grupo. Maffesoli compreende a estética como um conjunto de diversidades e emoções. Para que esta vivência seja conjunta, o reconhecimento da história do outro – no caso, as mulheres negras – é fundamental para que os dito não-negros movam-se do lugar de norma e hegemonia, sendo capazes de reconhecer e produzir a autocrítica.

⁵ Entende-se por redes sociais, canais de comunicação gratuitos na internet, que possibilitam o compartilhamento de fotos, áudio, vídeo de forma instantânea e sem custo posterior.

⁶ Programa de democratização da comunicação que visa aumentar o reconhecimento da relação entre as violências simbólicas e físicas promovidas pelo racismo contra a população negra, moradora das favelas e espaços populares.

Logo, o que a pesquisa pretende abordar é que neste contexto se definam as lógicas, que orientam processos de afetividade, emoções, dinâmicas de identidade, de relações sociais, de dominação, de estratificações, de onde partem as escolhas tanto de quem apresenta a proposta do coletivo quanto de quem se identifica com ele e resolve participar das discussões propostas.

Na teoria cultural contemporânea, é justamente no interior dos sistemas de representação que identidade e diferença ganham sentido. “É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa nesse caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’”. (DA SILVA, 2004). Estes grupos quase nunca fogem: as dinâmicas de representação e identidade em que se envolvem ou que promovem, ao representar a mulher negra, atribuem a ela a identidade de quem vem para disputar com as demais representações e identidades já existentes. Hall dirá em *Quem precisa de identidade?* que

toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’- mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. Laclau (1990) argumento de forma persuasiva, que a ‘constituição de uma identidade social é um ato de poder’, ‘pois se uma identidade consegue se firmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. (HALL, 2000, p.100)

A tomada de consciência em relação a própria negritude e o significados construídos a partir desta relação são determinantes para exteriorizar o poder da branquidade. Cornel West afirma que a “negritude não tem um sentido fora de um contexto marcado por pessoas e práticas preocupadas com diferenças raciais.

Para o desagrado de muitos, estes grupos tem sido fundamentais para o empoderamento de mulheres negras. Através deles, é que muitas delas experimentam a atitude narcisista cantada por Caetano Veloso, em Sampa: admiram, elogiam, mantêm e refletem o que veem no espelho, propondo novos paradigmas sociorraciais para a sociedade contemporânea.

A Comunicação não apenas nomeia o mundo, mas o institui (SODRÉ, 2003). Ela cria a realidade e é, a partir de conteúdos simbólicos que se constrói o imaginário dos indivíduos, com reflexos diretos em sua realidade.

A centralidade que a esfera midiática assume na vida cotidiana e nas relações sociais vem sendo discutida como uma importante reconfiguração com implicações de diversas ordens, inclusive nas relações de tempo e espaço e nas vivências identitárias.

A sociedade contemporânea (dita pós-industrial) rege-se pela *mediatização*, quer dizer, pela tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação (SODRÉ, 2013, p. 16)

Sodré (2013) explica que, basicamente, toda e qualquer sociedade constrói (por pactos semânticos ou semióticos), de maneira ostensiva ou mais secreta, regimes de autorrepresentação ou de visibilidade pública de si mesma. Os processos públicos de comunicação, as instituições lúdicas, os espaços urbanos integram estes regimes. O processo comunicacional, com o advento das redes sociais, é cada vez mais complexo. Antes, a comunicação se estabelecia, basicamente, entre emissor e receptor que, num mesmo espaço físico, partilhavam uma mensagem. No sistema moderno de comunicação da sociedade ocidental, seja na transmissão oral ou escrita, as informações eram apresentadas ao receptor numa forma isenta de sua dinâmica ou de seu fluxo original, tendo como principal recurso de linguagem a palavra e o conceito.

Hoje, em diferentes meios e continentes, aparelhos trocam mensagens, vídeos, fotos, entre outras mídias com pessoas de diferentes partes do mundo e histórias ainda mais diversificadas, ou seja

Na contemporaneidade, a rede tecnológica praticamente confunde-se com o processo comunicacional e em que o resultado do processo, no âmbito da grande mídia, é a imagem-mercadoria.. Mas não se recusam os modelos anteriores (SODRÉ, 2013, p. 19)

Os estudos de comunicação não podem debruçar-se somente sobre suas atribuições técnicas, mas também sobre a lógica de que a comunicação habita o campo da cultura. A comunicação é mais mediação do que meio, “questão de cultura

e, portanto, não só de reconhecimento, mas *re-conhecimento*” (BARBERO, 1997). Muniz Sodré afirma que “está presente na palavra mediação o significado da ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes (o que implica diferentes tipos de interação), mas isto é na verdade decorrência de um poder originário de discriminar, de fazer distinções, portanto de um lugar simbólico, fundador de todo o conhecimento. A linguagem é por isto considerada a mediação universal”.

No contexto desta pesquisa, a mediação seria uma forma de articular a prática comunicativa com movimentos sociais em prol da luta contra o racismo. Neste caso, a comunicação torna-se indispensável para compreender a natureza comunicativa das mulheres negras, pois é através dela – a comunicação – que as noções de cultura e política são redefinidas, saindo da centralidade da esfera que avalia apenas a “mera circulação de informações” dos meios comunicacionais – na qual o receptor é apenas “decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem” – e partindo para o ponto em que ele passa de mero decodificador a “produtor” (BARBERO, 1997).

A insurgência de novos atores periféricos engrandece o debate, presente nesta pesquisa, sobre novas esferas identitárias, de ativismo político, estéticas alternativas, midiativismo, mídias comunitárias e intervenções estéticos-midiáticas. Os grupos ideologicamente minoritários – negros, mulheres, homossexuais, moradores de territórios populares, etc – são fundamentais para que se legitime a exclusão midiática, traduzida como invisibilidade e não-reconhecimento. Hoje, os meios, veículos e tecnologias de comunicação devem ser reconhecidos como ferramentas capazes de ultrapassar estas barreiras (ideia de mediação defendida por Martin-Barbero), já que, mais do que nunca, o mundo vem sendo regido pela comunicação e seus meios.

Hooks (1995) lança indicativos para analisar tal “contradição” em sociedades alicerçadas sobre os sistemas do racismo, sexismo e do capitalismo. Segundo a autora, há de se considerar como os corpos femininos são produzidos historicamente. Hooks (2000) refere-se às experiências culturais diversas entre e das mulheres, especialmente, ao ato de amar. É sobre o ato de amar e ser amada que se alojam as hierarquias sociais prescritas e as representações elaboradas a respeito do corpo da negra/mestiça, estruturando suas escolhas e sua afetividade. Para ela: [...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’.

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469).



Fonte: Reprodução Facebook/Blogueiras Negras



Fonte: Reprodução Instagram @sheronmenezes

Munanga (2004), ao estudar a história e o conceito de miscigenação, identificou que a raça (ou a miscigenação como resultante do contato sexual entre os povos) é um material biológico pelo qual se elabora “fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos.” Para esse autor, as concepções ideológicas decorrentes das diferenças físicas observáveis entre os povos foram sendo elaboradas como justificativas políticas através do controle e do intercuro sexual com mulheres não-brancas. Munanga demonstra que, no Brasil e em outros países, foi nos corpos das mulheres negras escravizadas que tais ideologias raciais foram perpetradas.

Neste sentido, em contramão com as representações estigmatizadas comumente vistas na mídia convencional, têm surgido cada vez mais, tanto na academia quanto em veículos alternativos e redes sociais, indivíduos e grupos preocupados em articular novos discursos e imagens, reagindo ao que percebem como distorções nas representações dominantes destes sujeitos. Não são raros os blogs e páginas de redes sociais que contribuem na formulação de contra-discursos sobre as mulheres negras na mídia, exemplos de *estratégias sensíveis*⁷ (SODRÉ, 2006) e

⁷ Podem ser entendidas como estratégias cognitivas que não buscam promover a explicação das relações

formas de mediação que articulam mídia e política para tratar e disputar com os meios hegemônicos.

Tomaz Tadeu da Silva (2004) escreve que “a representação é como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido” e como tal “é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”. Ou seja, quem possui mais poder de representar possui também mais poder para fixar, para definir identidades.

Reconhecer a centralidade midiática na vida contemporânea torna possível analisar as contribuições que estes grupos trazem para a transformação de quem os acompanha, ao mesmo tempo em que se analisa a sociedade em rede, não há dúvidas de que a internet modificou e tem modificado a forma de lidar e de ver o mundo. Os grupos e coletivos que, através das redes sociais, propõem interações políticas por este canal de comunicação, demonstram domínio da produção discursiva, simbólica e relacional para a afirmação de identidades e culturas ameaçadas ou tidas como inferiores pela existência de outras.

Sobre a entrada de outras vozes, outras narrativas nos grandes circuitos de mídia, bem como na luta cultural pode-se, entretanto, considerar a seguinte afirmação de Hall:

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político cultural. (HALL, 2003, p.338)

É no corpo que as relações sociais de produção, circulação, regras, expressões e sua materialização política e espacial se refletem na vida cotidiana. Os meios a todo tempo ressignificam esses códigos à sua maneira. As performances comunicativas, artísticas e culturais desenvolvidas por indivíduos e coletivos muito tem contribuído para que a discussão sobre identidade não se restrinja somente ao campo virtual.

comunicativas, mas a compreensão sensível do complexo mecanismo entre códigos e nexos semióticos, emissores e receptores, sujeito e objeto do conhecimento, forma e conteúdo expandidos pelo contexto analógico-digital. (Cimino, 2010). Disponível em: <http://www.semeiosis.com.br/as-estrategias-sensiveis-da-comunicacao>.

É certo de que estas novas redes e outras ferramentas de comunicação potencializadas pela a internet não eliminaram o paradigma entre visibilidade midiática e existência sociopolítica: produzir narrativas alternativas não garante que os corpos historicamente em desvantagem superem o lugar em que estão acostumados a ocupar. A visibilidade quando é capaz de, neste sentido, elaborar outras narrativas tão verdadeiras quantos as ditas tradicionais, logra que determinados problemas sejam reconhecíveis mesmo por quem não os sofrem diretamente.

Hall (20003, p.346) explica que “não há como escapar das políticas de representação, não podemos lidar com a ideia de ‘como a vida realmente é lá fora’ como uma espécie de tese para medir o acerto ou o erro político de uma dada estratégia ou texto cultural”. Esta pesquisa acompanha três coletivos formados por mulheres não-brancas, com forte expressão nas redes sociais, mas também fora delas e analisa as extremidades das narrativas e debates construídos em torno da representação, identidade e direitos destas mulheres⁸.

Enquanto imagens de homens e mulheres brancas aparecem muito mais em capas e matérias de comportamento e consumo, no geral, os homens e mulheres negros, além de invisibilizados quando os tópicos são comportamento e consumo, são consideravelmente mais frequentes em pautas que destacam aspectos como educação ou saúde públicas, violência⁹, empregos ou atividades de geração de renda, em especial as com baixa qualificação técnica.

Considerando os dados do Censo 2010, segundo os quais os brasileiros são 47,7% brancos e 50,7% negros, não é difícil concluir que as representações midiáticas hegemônicas -- tanto no jornalismo quanto na teledramaturgia e na publicidade -- pouco correspondem ao perfil racial da população. Num simples folhear de páginas de jornais ou revistas é possível observar aquilo que tem afirmado muito da produção de conhecimento sobre a temática: que negros e brancos ocupam espaços quantitativa e também qualitativamente diferentes tanto no jornalismo quanto na publicidade.

⁸ Os coletivos midiáticos citados são: Blogueiras Negras (www.blogueirasnegras.org.br); Meninas BlackPower (<http://meninasblackpower.blogspot.com.br/>) e Anastácia Contemporânea (<https://www.facebook.com/anastaciacontemporanea?fref=photo>)

⁹ De acordo com a publicação Imprensa e Racismo – Uma análise das tendências da cobertura jornalística (Rede ANDI; 2006, p. 28), “A temática da violência ocupa a terceira posição neste ranking – mas com um percentual pequeno, que abarca violências físicas, verbais e de outras formas, uma vez que, como será demonstrado em seção específica, sob esse conceito foram classificadas matérias sobre violência racial em geral (ou seja, não necessariamente física)”.

Um exemplo disso está na única pesquisa quantitativa sobre mídia e racismo encontrada pelo levantamento bibliográfico¹⁰ da presente pesquisa, uma investigação realizada pela Rede ANDI, entre os anos de 2007 e 2010. O trabalho analisou 45 jornais diários, sendo cinco de abrangência nacional (O Estado de S.Paulo; Correio Braziliense; Folha de S.Paulo; O Globo e Valor Econômico). Os conteúdos selecionados a partir de palavras-chave relacionadas ao vocabulário costumeiramente vinculado ao debate sobre a questão racial no Brasil, concluiu que os focos principais das matérias foram “ações afirmativas e cotas” (18%), “Igualdade/desigualdade de raça/etnia” (16,5%) e, em seguida “Violência” (9%). Foram analisadas no total 1.602 notícias envolvendo racismo.

Hoff (2005) afirma que a mídia enquanto dispositivo de poder a serviço de uma comunicação baseada nas fórmulas de mercado, atualiza constantemente as práticas coercitivas que atuam explicitamente sobre a materialidade do corpo. O corpo mensagem, como corpo da comunicação, mutila-se, modifica-se, transforma-se e estetiza-se para servir como aporte de mercadorias/produtos e de conceitos/ideias.

O interesse em entender o *modus operandi* das práticas de mediação desenvolvidas por estes grupos foi motivado pelo debate sobre os modos como a sociedade contemporânea, especialmente na América Latina, vem lidando com a complexa trama que articula comunicação, cultura e política.

A diferença é um tema central na política de aproximação com o outro e na redução das desigualdades. Ter voz no contexto urbano e midiático significa a tentativa de se estabelecer nexos com longo histórico de invisibilização a quais muitos corpos ficaram de fora. Esses processos de produção e estabelecimento de sentidos implicam na construção de identidades e categorias com poder de articular grupos para lutar pela afirmação de novos direitos e pela reparação de violações históricas.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. “Os pronomes “nós” e “eles” não são aqui simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. (SILVA, 2000: 82)

¹⁰ Imprensa e Racismo, Rede ANDI; 2006; p.6). Disponível para download em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/imprensa-e-racismo>

Embora as fronteiras simbólicas sejam fundamentais, consistem na tentativa perpétua de fixação de limites entre “nós” e “eles”, de modo que [m]arcar diferença leva-nos, simbolicamente, a cerrar fileiras, fortalecer a cultura para estigmatizar e expulsar qualquer coisa que é definida como impura, anormal. No entanto, paradoxalmente, também faz "diferença" poderosa, estranhamente atraente precisamente porque é proibida, tabu, ameaçando a ordem cultural. Assim, “o que é socialmente periférico é muitas vezes simbolicamente central” (BABCOCK, 1978 apud HALL, 1997, p.237).

Assim como Bourdieu, entendemos que as escolhas dos objetos de estudos emanam de interesses diversos e das disputas simbólicas e políticas dos agentes situados no interior de um determinado campo. A referente pesquisa pretende analisar as divergências e enredos sobre representação e construção da identidade mulheres não-brancas a partir das redes sociais. A abordagem utilizada, inicialmente, é observação-participante, em um diálogo permanente entre sujeitos, conceitos e análises que se articulam sutilmente.

O que caracteriza o presente é a ênfase numa concepção de mudança discursiva multilinear, considerando-se que “há luta na estruturação de textos e ordens de discurso, e as pessoas podem resistir às mudanças que vêm de cima ou delas se apropriar, como também simplesmente as seguir” (FAIRCLOUGH, 2008, p.28).

Neste trabalho a orientação é teórico-metodológica articulando os conceitos: corpo, corporeidade, raça, gênero, identidade, direitos. Considerando que, a partir dos conceitos citados é que a cultura realiza a leitura de histórias de vida, depoimentos, entrevistas e registro de percepções, além de recursos jornalísticos e dados demográficos. O que se pretende é investigar fenômenos midiáticos e sociais em sua multidimensionalidade, recortando-os a partir do que eles podem traduzir de uma conjuntura política e histórica mais ampla.

A pesquisa, no atual momento, se fortalece também na necessidade de romper com a imposição de se pensar representação e identidade de mulheres não-brancas a partir da questão de quem teria propriedade ou não para elaborá-las e da impossibilidade que muitas destas mulheres encontram para falarem por si mesmas.

Embora se saiba que os processos midiáticos interveem na constituição e na conformação das interações, memórias, identidades e imaginários sociais, os indivíduos são sujeitos ativos em todo o processo de comunicação, conferindo usos

específicos às ofertas midiáticas. Não há garantia, portanto, de que os conteúdos e sentidos ofertados pelos produtores dos meios de comunicação sejam aqueles a serem apropriados pela recepção, tendo em vista que são permanentemente negociados com base nas experiências identitárias e práticas sociais individuais e coletivas dos receptores (Cogo, 2008).

Considerando a importância da atitude crítica de pesquisadores/as e ativistas supracitados/as, mas adotando outro ponto de vista também comprometido com o pensamento antirracista, este trabalho se concentrará nas postagens e ações virtuais utilizadas por estes grupos sendo que estas ações funcionam como mediadoras de outros conteúdos midiáticos, produzidos por outros diferentes meios.

A intenção é propor um deslocamento em relação à gênero e raça. Isto é, romper com a tradição em que a negritude é objeto vitimizado de pesquisa, aqui ela é sujeito e a finalidade do trabalho é produzir conhecimento sobre as transformações que estes coletivos vem provocando para além dos ambientes virtuais e como se dão as formas de mediação a partir das intervenções por eles realizadas.

As hipóteses que orientam esta pesquisa partem do princípio de que não há dissociação entre experiências pessoais e os sujeitos aqui presentes, afinal o tema é uma questão de pele, de lugar e também de negritude. Os grupos escolhidos, a partir da avaliação própria da autora, vivem os mesmos efeitos das desigualdades raciais e de gênero. Outro acréscimo é de que o trabalho intelectual é uma forma de ativismo, de não-silenciamento.

A intelectualidade negra marca um posicionamento político diante da exclusão a que negras e negros vivenciam nas instituições de ensino superior e centros de pesquisa, inclusive os públicos como é este caso. Desde o final do século XIX, mulheres e homens negros buscam estratégias de enfrentamento ao racismo. E agora, mais do que nunca, não será diferente: as mulheres negras fazem de seus corpos o marco fundamental para mover – mais uma vez – a placa tectônica das estruturas raciais.

2. CAPÍTULO I

2.1. Trama feminina: uma breve apresentação dos coletivos

“Temos que estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura. Atenção, porque isso pode nos levar ao idealismo de crer que o leitor faz o que lhe der vontade; mas há limites sociais muito fortes ao poder do consumidor”

Martín-Barbero

As pesquisas em torno das redes sociais ganham força no fim dos anos 90, principalmente devido a expansão da vida urbana e as comunicações mediadas pelos computadores. Estudiosos de diversas áreas buscam uma reflexão sobre a ideia de rede como articuladora de uma reconfiguração no modo de pensar as organizações sociais, que cada vez mais interconectam as identidades contemporâneas.

Segundo Castells (2001), enquanto as lutas sociais modernas eram marcadas por movimentos que mantinham a sua hierarquia condizente com os valores verticais da industrialização, as lutas contemporâneas apresentam movimentos sociais com uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede.

As tecnologias não são apenas ferramentas fundamentais para a organização e articulação de grupos e coletivos, mas representam novas formas de ativismo e de aproximação. Sodré (2006) define esta prática comunicativa como “*estratégias sensíveis*, para nos referirmos aos jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem”. O sensível, neste caso, é um ato de aproximação das diferenças.

Estas estratégias, associadas diretamente ao discurso e as ações demonstrativas – nesse caso existentes no ambiente virtual, são recursos de disputa por outras narrativas e também de luta das ditas minorias (mulheres negras). Neste caso, minoria é uma expressão, uma voz qualitativa.

O que move uma minoria é o impulso de transformação. É isso que Deleuze e Guattari inscrevem no conceito de “devir minoritário, insto é, minoria não como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido, mas como um fluxo de mudança que atravessa um

grupo, na direção de uma subjetividade não capitalista. Este é na verdade um “lugar” de transformação e passagem, assim como o autor de uma obra é um “lugar” móvel de linguagem. (SODRÉ; 2005; p. 12)

Com fazeres comunicativos exercidos cada vez mais em formato de rede, essa trama – no sentido de uma rede ainda maior, de amarração sofisticada e perspicaz – costura grupos identitários que compartilham valores, posicionamentos políticos, características estéticas¹¹ e formas de atuação onde torna-se impensável a ausência da comunicação. O que se vê é a articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de reflexão (e atuação) sobre as relações estabelecidas.

Nesta pesquisa, as redes são entendidas como estratégias de interações sociais, com flexibilidade, dinamismo e em constante transformação ainda que não deixem de expressar disputas, hierarquias e divergências comuns a esfera da comunicação e da cultura. Redes envolvidas por uma trama ainda maior, entremeadas por questões de gênero, raça, direitos e ações tecidas em práticas cotidianas de existência, experiência estética e política.

As redes manifestam uma forma de estar junto, de conectar-se e formar laços, ao mesmo tempo em que podem implicar em um modo de participação social cuja dinâmica conduza ou não a mudanças concretas na vida dos sujeitos ou das organizações. Entendemos, ainda, que as redes sociais configuram interações entre sujeitos, podendo apresentar-se como redes informais, configuradas por demandas subjetivas, ou podem ser organizadas formal ou institucionalmente a partir da atuação coletiva de grupos com poder de liderança, podendo, ainda, ser híbridas entre as duas configurações. Além disso, as redes contam, para sua organização e funcionamento, com a mediação das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, ao mesmo tempo em que são dinamizadas por espécies de teias invisíveis, formadas por interações entre sujeitos não mediadas pelas tecnologias” (COGO e BRIGNOL; 2011; p. 82)

Os meios de comunicação sinalizam que a sociedade brasileira atual é multirracial e a “cor”, assim como gênero denota privilégios. Crenshaw (2002) afirma que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres

¹¹ “Estética que é preciso claro compreender, em seu sentido etimológico: o fato de experimentar, juntos, emoções. É uma tal estética que funda a comunidade”(SODRÉ, 2006, p. 125)

negras podem vivenciar experiências discriminatórias, além de outros tipos de violências e abusos de maneira diferente dos homens. Considerar a raça no contexto da discussão de gênero traz à tona a discriminação racial associada à de gênero. O número reduzido de pesquisas e estudos sobre os hábitos e características da recepção, em diferentes meios, pela população negra brasileira é um indicativo da naturalização de um referencial estético e cultural eurocêntrico que estrutura, fundamenta e naturaliza práticas racistas nos meios de comunicação. Tal mito indica as complexidades e contradições da convivência inter-racial no Brasil, marcada por um racismo silencioso, que no espaço público, na suposta universalidade das leis e dos direitos nega a categoria racial e mostra-se assimilacionista no plano da cultura (SCHWARCZ, 2012). Mas no âmbito da intimidade, a discriminação toma a forma de desigualdades e hierarquias cotidianas.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. “Os pronomes “nós” e “eles” não são aqui simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. (SILVA, 2000: 82)

Em um determinado momento da História, o que tornava as pessoas negras eram os direitos que elas não tinham, os espaços a que eram restringidas ou proibidas de frequentar, a instrução que não recebiam, o trabalho que se esperava que executassem e a brutalidade sancionada com que lhes era lembrado o que significava ser negro num mundo. (WARE, 2004, p.14).

Para Sodré, esta afirmação mostra que “ser negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele”. Lamentavelmente, tais afirmações nos mostra que, por mais que a História, estatística e ações concretas por parte de grupos e coletivos que buscam enfrentar o racismo, a situação avança de forma lenta.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo IBGE, 53% dos brasileiros se declararam pardos ou negros, diante de 45,5% que se disseram brancos. Em 2004, 51,2% dos brasileiros se diziam brancos

diante de 42% pardos e 5,9% negros (totalizando 47,9% de negros e pardos), apontando para a predominância da população brasileira que se autodeclarava branca.

A população negra se divide entre a satisfação e auto-declaração com a cor e as estatísticas que estampam a realidade. Essa é a parcela da população que mais sofre com a violência, salários menores e crimes racistas no país. Para que se tenha uma ideia, segundo o Mapa da Violência 2014¹², o assassinato de mulheres brancas caiu 10% na última década (entre 2003 e 2013), enquanto o de mulheres negras subiu 54%. O mesmo acontece com os assassinatos por arma de fogo. Enquanto entre a população branca houve queda de 23%, a quantidade de vítimas negras cresceu 14% entre 2003 e 2012. Não há o que, de fato, comemorar.

Seguindo o raciocínio acima sobre *lugar e minoria*, Sodré auxilia na reflexão ao afirmar que o que define uma minoria é a sua simbologia ético-política na luta contra-hegemônica.

Lugar “minoritário” é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conteúdo de minoria é o de um lugar onde se anima os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Por isso, pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. (SODRÉ; 2005; P. 12)

Os coletivos a serem pesquisados neste trabalho apontam que embora sejam veículos voltados para mulheres, que segundo dados oficiais são maioria da população brasileira, temas como violência, juventude, direitos e sexualidade não estão restritos ao gênero feminino. Pelo contrário, estão inseridos na trajetória da corporeidade feminina negra.

Refletir sobre a importância das representações nos dispositivos identificatórios entre os grupos minoritários é reconhecer peculiaridades que vão desde a forma de emissão a recepção e percepção. Este exercício nos permite refletir sobre o modo como as representações de minorias, em especial, são produzidas e distribuídas, numa análise profunda dos processos comunicacionais, da emissão e recepção e da percepção, desconhecimento ou reconhecimento da mensagem.

O resgate dos modos de réplica do dominado desloca o processo de decodificação do campo da comunicação, com

¹² http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf (visita em novembro de 2015)

seus canais, seus meios, suas mensagens, para o campo da cultura, ou melhor, dos conflitos entre a cultura e a hegemonia. Aceitar isso é também algo completamente diferente de ‘relativizar o poder das mídias’. O problema de fundo coloca-se agora em outro nível: já não no nível das mídias, mas sim dos mediadores e dos modelos culturais (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 127).

Um aspecto comum a todos os grupos é o fato de que a existência maciça das redes sociais não substitui o acompanhamento, uso e análise de outros meios. Em verdade, eles se complementam. Assim, modelo de comunicação massiva se mantém, mas em geral se baseia na correlação entre as mídias, onde há maior participação do público e autonomia no processo comunicativo.

Este fenômeno tem sido acompanhado por muitos autores, para Sodré (2002), por exemplo, o fenômeno é identificado como multimídia, marcado pela intertextualidade, a mistura de meios, e pela co-presença de várias mídias produzindo diferentes significações. Para Bolter e Grusin (1999), seria a remediação, conceito que faz referência aos modos como uma mídia usa estéticas ou conteúdos desenvolvidos para outra mídia. A novidade das mídias digitais estaria nas estratégias singulares de remediação da televisão, do cinema, da fotografia e da pintura, e de outros meios, através de releituras, referências, adaptação dos seus conteúdos, formatos e linguagens.

A ressignificação do que se entende como raça, tecida pelos movimentos negros – movimentos devido a especificidade e dimensão do racismo brasileiro, considerando história e cultura, definindo o nível de participação e presença de mulheres e homens negros nos processos cotidianos de inclusão social e profissional é um contraponto importante a narrativa já sacramentada e difundida. A discriminação, melhor dizendo, o racismo, vem na esteira do físico.

Dessa forma, os traços físicos (cor da pele, textura dos cabelos, espessura dos lábios, tamanho do nariz, entre outros) são elementos centrais na construção dos “lugares” reservados às mulheres negras também nas narrativas audiovisuais, principalmente de forma hierarquizada com relação à mulher branca (modelo de beleza legitimado). O conceito de raça mostra-se fundamental para refletir sobre as assimetrias que permeiam tanto a produção, quanto a recepção das mensagens.

Na prática, além de apropriação estes coletivos comprovam a interconexão midiática em suas práticas e discursos e acima de tudo, percebem na internet uma ferramenta de interação, que permite autonomia tanto na produção do conteúdo quanto na recepção do que é produzido.

Minoria é, aqui, coisa diferente de quantidade ou número: é mesmo a possibilidade de terem voz ativa ou de intervirem nas instâncias decisórias daqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades assumidas pela questão social”(SODRÉ; 2003; P. 19)

A seguir, uma breve descrição de cada um destes coletivos feita pelos próprios.

2.1.1 Blogueiras Negras¹³

“Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade. Primaremos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão.

Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas escreveremos em solidariedade a todas as mulheres que não tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia.

Quando necessários, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. Estaremos atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós.

Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passabilidade, acesso à educação, branquitude e etc. Dessa forma, nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, ageísta (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão.

¹³ <http://blogueirasnegras.org/>

Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas. Sempre que possível, pediremos que as autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular. Não serão tolerados ataques pessoais em nossa comunidade, seja no fórum de discussão, seja de uma autora para a outra através de textos.

Isso não significa, porém, que seremos estimuladas ao consenso. Em nome dessa diversidade, assinalamos que as opiniões expressas em cada texto não refletem necessariamente a de nossa comunidade e da equipe de facilitadoras. O que chamamos de Blogueiras Negras é composto de variadas personalidades, posicionamentos e opiniões e assim deve ser entendido”.

A blogueira negra, Larissa Santiago, explica o coletivo da seguinte forma:

“O nosso movimento é de estímulo e incentivo. O jeito certo de escrever é do seu próprio jeito. Isso para todo tipo de texto. A ideia sempre foi abraçar e trazer a prática da escrita, da produção de cada uma. A nossa disputa está em ocupar os espaços existentes com a produção das próprias mulheres. Nós somos um blog feminista negro interseccional. Se assim pode se dizer, é essa a condição para se tornar uma blogueira. Nem sempre estamos em acordo, há um política de apresentação do blog, mas o principal da nossa busca é que as mulheres nos tenham como espelho, estejam sempre por perto, mas que se projetem para além do coletivo. O coletivo é o primeiro passo, é o incentivo e – naturalmente pelo nosso cuidado, militância e trabalho – também é a referência”
(Larissa Santiago, Blogueira Negra)

2.1.2 Meninas Blackpower¹⁴

“O Coletivo Meninas Blackpower é composto por mulheres pretas, com formação em diferentes áreas, que optaram pelo cabelo crespo natural e compreendem os significados e significantes dele na sociedade.

Nosso trabalho consiste em incentivar a consciência do valor deste cabelo crespo natural e outras características naturalmente pretas, mas sobretudo, do valor que cada mulher preta com quem nos comunicamos deve possuir aos próprios olhos.

Trazemos nossas ideias para a prática através de atividades educativas direcionadas para o público infantojuvenil e mulheres pretas, além de atuar em redes sociais e outras mídias, promovendo diálogos diversos que contemplem as pessoas

¹⁴ <http://meninasblackpower.blogspot.com.br/>

para quais falamos. Contatos para possíveis ações em espaços educativos são muito bem-vindos e podem ser feitos através do email blogmbp@gmail.com.

Para que possamos crescer enquanto Coletivo, nos organizamos em Grupos de Trabalho de acordo com nossas áreas de atuação. São eles: educação, histórico-político, comunicação, cultura, moda e beleza. Estamos por aqui para ajudar no reposicionamento, revolucionar os padrões que nos ensinaram e ensinar novos valores. Somos gratas pelo carinho e esperamos que nossos espaços sejam sempre úteis para vocês. Beijos crespos”.

A estudante, Jaciana Melquíades, define o coletivo da seguinte forma:

“O MBP é fruto de um sonho, que virou trabalho, militância e forma de estar no mundo. A gente começou achando que ia falar só de cabelo, da valorização de nossas cabelos, da nossa beleza, de estética. Mas hoje, falamos disso tudo e mais! É um orgulho. Um trabalho de construção coletiva, falamos sobre empoderamento, feminismo negro interseccional e tantos outros conceitos que para nós, mulheres negras, deveriam ser apresentados desde pequenas. O MBP é reflexo e libertação. Novidade, militância, aprendizado e entusiasmo são fundamentais para que cada vez mais mulheres sintam-se acolhidas e próximas a nós” (Jaciana Melquíades, Coletivo Meninas Blackpower)

2.1.3 Anastácia Contemporânea¹⁵

“Anastácia foi uma escrava do século XVIII obrigada a usar uma máscara durante grande parte de sua vida por causa da sua grande beleza e por se negar a ir para cama com os "senhores" da época.

A história dramática de Anástacia que não se sabe ser mito ou realidade, nos ajuda a refletir sobre as condições da mulher, sobretudo a mulher negra, nos dias de hoje. A sexualização do corpo da mulher negra ainda é uma realidade nos dias de hoje, resquícios da escravidão.

O lugar de fala, autonomia e protagonismo da mulher ainda é uma conquista que despende muita energia e trabalho diário. Qual é o lugar da mulher hoje? Que mulher queremos ser? A Mulher que possa dizer sim, a mulher que possa dizer não, a mulher que possa decidir por si, falar, calar-se, prosseguir.

¹⁵ <https://www.facebook.com/anastaciacontemporanea?fref=photo>

Essa fanpage é administrada por mulheres negras que decidiram falar, falar sobre tudo, sobre o que gostam, o que detestam, de sexo a política. De moda a comida orgânica, de farofa a nutella, falar sem ser pautada por ninguém e por nenhuma temática específica. Sou Negra e não preciso falar só sobre isso”!

O Coletivo Anastácia Contemporânea fala sobre o trabalho que o grupo desenvolve e o que almejam alcançar:

“A Anastácia é um lugar para falarmos de nós. Nós mulheres, principalmente. Negras, brancas, trans, bi, lésbicas, religiosas ou não, aqui falamos das nossas conquistas, dores e desafios. O tempo todo produzimos a partir da nossa reflexão, enquanto coletivo e da inquietude de cada uma de nós. Somos mulheres, jovens, negras e queremos contar as nossas próprias histórias, celebrar as realizações da rua e claro, trançar nossos caminhos e cabelos” (Coletivo Anastácia Contemporânea)

Nos capítulos a seguir a pesquisa irá tratar do processo de criação e produção destes coletivos, e analisar, as ações e estratégias midiáticas destes grupos como foi dito anteriormente.

2.2. A trama coletiva: cultura, mídia e recepção

“Cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê”.
(Jobim e Souza, 2003:83)

Foram nos anos 80 que os Estudos de Recepção tiveram seu momento de força, sempre relacionado com as questões que vinham a campo ou com a questão política vigente. No Brasil, Chile e Argentina esse ‘boom’ coincide com o fim da ditadura.

A década de 1980 também foi um marco na resignificação do lugar das mulheres negras. Intelectuais e ativistas do feminismo negro no contexto norte-americano questionaram a primazia dessas categorias “mulher”, “homem e mulher”, “masculino e feminino” como entidades universais e duais. Criticaram a homogeneização da categoria mulher branca, de classe média e heterossexual, assim como os gays reclamavam a sua invisibilidade nas formulações das teorias do

feminismo e nas agendas políticas desses movimentos. (BUTLER,1990; HARAWAY,1995).

A ditadura fez com que o tratamento da recepção fosse excluído nas pesquisas relacionadas com o tema, orientando pesquisadores e estudiosos a decifrar mensagens e codificar os seus sinais secretos, sem que pudessem se desdobrar sobre os caminhos que a recepção percorria até aquele momento. Especificamente no Brasil, os Estudos de Recepção ganham maior força com pesquisadores oriundos da educação, como Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido. É justamente, em meados dos anos 80, que começam a ser desenvolvidos os estudos de recepção midiática na América Latina.

O caso do Brasil é oportuno para a discussão pois a identidade nacional esteve relacionada ao problema da cultura popular e do Estado, discutir cultura popular é discutir os destinos políticos do país.

O projeto de constituição de uma identidade nacional tinha como finalidade construir uma nação moderna sintetizando as diferenças culturais, étnicas e regionais através da adaptação econômica e cultural que permitiria o enquadramento no contexto mundial. Ele se sustenta recorrendo à cultura popular para a construção de uma identidade motivada pelo discurso de modernização necessária.

No que se refere as pesquisas de recepção vinculadas aos estudos culturais, o encontro nasce na ruptura com concepções instrumentalistas sobre os meios de comunicação na vida cotidiana, até então predominantes nos estudos de comunicação. A ruptura permite afirmar que nenhuma prática de recepção pode estar isenta de interações comunicacionais providas de historicidade e dentro de um contexto sociocultural.

A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência à sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa (...) A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência do saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (BARBERO, 2002, p. 63)

Por outro lado, os estudos de recepção mostram que os usos sociais dos meios que ultrapassam os espaços de consumo midiático, constroem cada vez mais autonomia e narrativas próprias em relação as materialidades. Sobre a ótica da chamada cidadania comunicativa (MATTA, 2006), muitos autores associam as pesquisas de recepção para entender os processos de empoderamento e/ou posturas

políticas dos indivíduos e seus coletivos a partir das experimentações dos receptores com as tecnologias da comunicação.

Os meios de comunicação não são concebidos unicamente como redes invisíveis e deslocadas, cuja dinâmica poderia ser entendida somente através das estratégias empresariais e dos recursos tecnológicos mobilizados.

Com intuito de apresentar novas demandas explicativas/compreensivas há um consenso a respeito da entrada da comunicação alternativa/popular nas redes virtuais, enfatizando o aumento das possibilidades de produção e consumo contra-hegemônicos de informações e radicalização da democracia. Sobre redes, Castells (2013) ajuda a compreender, destacando a comunicação como o —meio, o —suporte para essas conexões.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada (CASTELLS, 2013, p. 14).

A ampliação do entendimento da atividade do receptor para além da dimensão das leituras e interpretações tem produzido um espaço de diálogo dos estudos de recepção com alguns aportes de pesquisadores do fenômeno da midiaticização. A transformação acelerada da comunicação midiática decorrente do desenvolvimento de dispositivos tecnológicos e da reconfiguração de seus usos (Verón, 1997; Mata, 1999).

Muitos são os autores (MORAES, 2007; PERUZZO, 2010 et al.) a alertarem para o fato de que a universalização da internet, com o propósito de efetiva multiplicação de vozes, além do desenvolvimento de infraestruturas de rede e barateamento de custos teleinformáticos, deve ser acompanhada por políticas educacionais e de outras áreas que possam intensificar “os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias” (MORAES, 2007).

A existência cada vez maior de indivíduos e coletivos de mídia¹⁶ mostra aos estudos de recepção que, na atualidade, a sociedade dos meios – onde mensagens são

¹⁶ A pesquisa Direito à Comunicação e Justiça Racial mapeou 118 veículos alternativos/comunitários/populares na região metropolitana do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2014. Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Publica%C3%A7%C3%A3o_Justi%C3%A7a-Racial_VersaoDigital.pdf

veiculadas para as massas – se transformou numa sociedade midiáticas, onde os meios constroem, circulam e produzem sentidos, entretanto, não alcançam o reordenamento das práticas comunicativas, no que se refere a recepção, a cultura e a vida em sociedade, em especial aquelas que se relacionam com a internet e suas formas de uso.

Logo, discutir as relações étnico-raciais, em rede, pelo viés da comunicação, dos Estudos de Recepção e dos Estudos Culturais, é uma forma de repensar a disputa em rede que se faz sem torno de representação, identidade e direitos. Como lembra Castells (2003), a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes redimensionaram-se a partir de três processos alavancados nas últimas décadas do século XX e elencados pelo autor.

[...] as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica (Ibid.: 8).

Os Estudos Culturais contribuem para entendermos que a cultura intervém de forma significativa no processo comunicacional e está associada ao processo de construção de identidades e à formação de discursos que nos subjetivam. Logo, a cultura assume um papel central na produção de significados. Trabalhos como os de Werneck e a atuação dos coletivos de mulheres negras na Internet já citados, os quais articulam mídia e política, tem sido fundamentais para colocar em questão uma série estereótipos e a invisibilidade do feminino negro e pôr em circulação outras representações, de fato, mais positivas deste grupo. Entretanto, segundo Shohat e Stam

“Muitos dos estudos sobre a representação étnica/racial e colonial nos meios de comunicação têm sido ‘corretivos’, ou seja, dedicam-se a demonstrar que certos filmes, de um jeito ou de outro ‘cometeram algum erro’ histórico, biográfico ou de outro tipo. Se essas análises sobre os ‘estereótipos e as distorções’ propõem questionamentos legítimos sobre a plausibilidade social e a acuidade mimética, sobre imagens positivas ou negativas, elas geralmente têm como premissa

uma aliança exclusiva com uma estética da verossimilhança”
(2006, p.261)

O que os autores dizem sobre análises em relação a temática racial pode se aplicar ao contexto mais geral que acaba de ser descrito sobre a produção de representações (não só na academia) que visam romper com a estereotipia e com a invisibilidade da mulher negra na mídia.

Ainda de acordo com Shohat e Stam a “hipersensibilidade” com relação aos estereótipos por parte de grupos subalternos tem a ver com o fato de sujeitos historicamente marginalizados não terem possuído controle sobre sua própria representação. “A compreensão profunda desse processo exige uma análise abrangente das instituições que criam e distribuem textos midiáticos, assim como de suas plateias. Que histórias são contadas? Por quem? Como elas são produzidas, disseminadas e recebidas?” (SHOHAT; STAM, p.270)

Os autores observam ainda que as representações de grupos subalternos, como as mulheres negras, tornam-se rapidamente alegóricas e o “papel subalterno é visto como uma sinédoque que resume uma comunidade vasta, mas homogênea”. (Idem, p.269) Por outro lado, as representações de grupos hegemônicos como o dos brancos, por exemplo, nada tem de alegóricas, sendo exemplo de uma variedade que não pode ser generalizada. (Idem)

Segundo Foucault, ao fazer análise de discursos é preciso ir além da superfície do texto. É necessário fazer reflexões históricas, sociais, políticas, entre as práticas discursivas concretas, que estão vivas nestes, “não mais tratar os discursos como conjunto de signos, elementos significantes, que remetem a conteúdos ou a representações, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...] as práticas discursivas funcionam como um conjunto de significações, no qual o falante se apoia, porque se reconhecem nessas práticas” (FOUCAULT, 2008, p.56).

Desta forma, os caminhos percorridos para se pensar no desenvolvimento deste projeto são permeados pelo grupo social e o contexto social em que a pesquisadora está inserida, assim como a discussão teórico-conceitual é de fundamental importância para analisar as práticas comunicativas desenvolvidas pelos coletivos selecionados.

2.3. Rápidas considerações sobre o discurso racial no mídia*

Na última década, a movimentação em torno do negro na mídia brasileiro tem sido intensa. O tema está presente nas discussões políticas e práticas antirracistas, integrando pautas de reivindicações do movimento negro. Os pontos mais criticados tem sido a visibilidade dos negros nas diferentes formas de representação, bem como a crítica ao estereótipo sempre associado à escravidão e a subalternidade.

Uma síntese dos resultados das pesquisas referentes a discursos sobre negros e brancos nos diversos veículos midiáticos apresenta quatro particularidades notáveis:

- a. A sub-representação do negros nos diversos meios é tônica;
- b. O silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais é constante. O silêncio exerce um duplo papel: o de negar os processos de discriminação racial, buscando ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural ao “brasileiro”;
- c. O branco é tratado, nos diversos meios discursos, como representante natural da espécie. As características do branco são tidas como a norma da humanidade. A conclusão do estudo de Rosemberg (1985:81) pode sintetizar os resultados observados em diversos outros meios: “Dentre as formas latentes de discriminação contra o não-branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana – ao ser – a mais constante é o branco o representante da espécie. Por esta sua condição, seus atributos são tidos como universais”.
- d. A estereotipia é notadamente associada ao negro na criminalidade, no desempenho de funções desvalorizadas, além da multa, do sambista, malandro e jogador de futebol.

Nos últimos 30 anos, pesquisas relatam modificações nos discursos sobre negros, porém são mudanças tênues que indicam avanço limitado no trato das questões raciais.

2.4. Comunicação comunitária, participativa, alternativa e popular

“Nossos discursos e criações são todos mesclados pelas palavras que já ouvimos, pelos livros que já lemos, pelos filmes que assistimos, as músicas que ouvimos, enfim, todos os elementos constituidores da cultura humana”
(RIBES, 2003)

A partir das concepções dos coletivos sobre o conceito de comum, surge a pergunta: o que caracteriza a comunicação destes grupos como uma prática comunitária e coletiva? Ao problematizar o que seria uma comunicação comunitária, Paiva (2003) não trabalha no sentido de um retorno a um período paradisíaco. Aceitando o ideal societário, destaca que uma comunicação comunitária possa ser anterior à comunidade “real”, a partir do momento que pode promover sua coesão social. Esse destaque confirma a necessidade de, na atualidade, redimensionarmos o conceito de comunidade tradicional em que estava implícita a existência da territorialidade, “configuração hoje discutível em função da evolução dos sistemas de comunicação – que possibilita maior velocidade nos meios de transporte físicos e virtuais” (PAIVA; 2003; p. 161).

Comunidade significa dividir o mesmo espaço físico. Entretanto, estes coletivos habitam – pode-se assim dizer – um território de coexistência situado entre o plano real e o virtual. Esse território não existe sem que ambas as partes de completem, por isso a coexistência, é uma presença compartilhada.

“Nós estamos no ambiente virtual, mas não somos um coletivo virtual. Assim como tantos outros de mulheres negras também não são. Nossas articulações, nossas lutas acontecem na rua, numa proporção próxima ao que fazemos no facebook ou em qualquer outra rede virtual. Muitas pessoas nos questionam com frases do tipo: sai do computador e vai pra rua, sem perceber que nós estamos na rua e só geramos a identificação com outras meninas e mulheres negras porque elas vivenciam a mesma experiência, na rua. O racismo está em todo lugar, ele não saiu da rua e veio para a internet, assim como as pessoas. Elas habitam e trafegam nos dois mundos, isso faz com que a nossa luta seja dupla assim como a nossa presença, a presença dos nossos corpos onde eles podem não ser bem-vindos. Quando a gente ‘traz’ o coletivo para a rede social, eu acho que é quase um ato instintivo de cuidado, de zelo com a nossa experiência de viver e agir em comunidade. É mais uma forma de reforçar o que temos em comum, as nossas bandeiras, as nossas lutas, é

mais um espaço de militância e de fazer participativo” (G., 27 anos, seguidora dos três coletivos presentes nesta pesquisa)

Paiva (2003, p. 95) reforça a afirmação acima ao dizer que casa é a corporificação das relações; mas não se pode confinar as relações aos muros da casa, já que os laços fortes entre os indivíduos sobrepõem a distância. A experiência observada a partir dos coletivos é de que a distância é também mais uma forma de estar junto e de construir ações, através de práticas comunicativas, pensadas para a diferença e a diversidade.

A forma de atuação dos coletivos pode ter justificativas que vão desde a necessidade de promover a circulação de informação entre seus membros, possibilitando assim vínculo mais estreito entre eles; até a divulgação de propostas e reivindicações. As ideias defendidas por Paiva (2003) remetem às reflexões de Martín-Barbero (2004). Ao que tudo indica, as atividades relativas ao jornal se aproximam do que o autor denomina de “comunicação participativa, alternativa, popular”. Podemos considerá-la participativa por ser uma atividade comunitária que engendra ações nas comunidades, possibilitando que os sujeitos se aproximem e se apropriem das tecnologias de comunicação como meio para a expressão cultural.

Para Martín-Barbero, a comunicação participativa transforma o processo e a forma dominante da comunicação social, possibilitando que “as classes e os grupos dominados tomem a palavra”. Nesse sentido, há de se considerar também a disputa de narrativa que está arraigada na essência destes coletivos.

Comunicação participativa porque meninas e mulheres negras são protagonistas dessa atividade, na qual o interesse público e o interesse do público se misturam. “Assim, torna-se evidente mais uma outra razão para a criação de um veículo de comunicação comunitária: a vontade de produção de discurso próprio, sem filtros e intermediários” (PAIVA; 2003; 158).

Esse processo, por sua vez, pode ser considerado alternativo não só porque é marginal em relação às grandes mídias, mas porque assume a complexidade que marca o popular-massivo, tão bem trabalhado por Martín-Barbero (2001; 2003). Ao possibilitar que os sujeitos se apropriem da linguagem dos meios, o alternativo acaba tocando nos aspectos que tangem “os códigos de recepção e reconhecimento dos

dispositivos de enunciação do popular que se materializam no massivo” (p.122). Sendo assim, esse modo de comunicação configura-se como comunicação alternativa que se manifesta nas mediações realizadas pelos grupos.

E, nesse sentido, a comunicação alternativa não é nada de novo, já que, desde as experiências pioneiras de Paulo Freire, projetadas depois a muitos grupos em todos os países do continente, tem estado ligada mais à libertação da fala, da atividade e da criatividade popular que à potência ou ao tipo de mídia utilizada (MARTÍN-BARBERO; 2003; p. 119).

Para Martín-Barbero (2001), a pluralidade das formas e dos usos que o popular faz do massivo tornam ainda mais complexas a estrutura da comunicação alternativa; mesmo que ela ressignifique as relações popular-massivo, não representam necessariamente uma luta política contra-hegemônica. Ou seja, também é preciso relativizar a comunicação alternativa como única saída para a expressão da cultura popular, como, segundo o autor, fazem os otimistas radicais. Nem confundindo a cultura popular com a indústria cultural, como fazem os pessimistas radicais, tendo a acreditar que as práticas comunicativas inseridas no movimento social, ao agirem diretamente nas comunidades, redefinem a estrutura dialógica da comunicação como espaço de conflito dando lugar à alteridade cultural.

“Na prática, o que os coletivos em que estou inserida fazem é muito mais uma mudança interna do que externa. O racismo é estrutural e talvez a gente precise de outra vida para mover as estruturas, mas quando a mudança é interna, é na gente, creio que ela é mais significativa. Pois veja, eu sempre usei meu cabelo crespo, porque gosto e confesso, porque é mais barato, combina mais comigo. Ao participar deste coletivo, eu fiz de um ato corriqueiro e até confortável, uma forma de atuação política constante. Talvez seja este o caminho para movermos a estrutura, de fato. Fazer da nossa presença corporal, de nossas características uma engrenagem de mudança...” (T., 21 anos, seguidora do coletivo Anastácia Contemporânea)

2.5. Breves apontamentos sobre comunicação alternativa

Ativistas, estudiosos e organismos internacionais têm apontado a concentração e o oligopólio de mídia como os grandes entraves para a democratização da comunicação. Indicadores de desenvolvimento de mídia, sejam eles formulados por acadêmicos, organizações da sociedade civil e órgãos internacionais, recomendam medir o nível de democratização da comunicação levando em conta a pluralidade e a diversidade das mídias, bem como o grau de estímulo por parte dos Estados a iniciativas de comunicação alternativa e popular.

Os indicadores de desenvolvimento de mídia da Unesco (2010), por exemplo, aprovados pelo Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC), têm tópicos diretamente conectados à questão do apoio estatal à pluralidade e às iniciativas de comunicação alternativa. Entre outras recomendações, o marco para avaliar o desenvolvimento dos meios de comunicação sugere atenção aos seguintes pontos:

- os graus de acesso público ao setor de mídias, inclusive entre os grupos marginalizados;
- se o Estado promove o desenvolvimento da mídia comunitária;
- a existência de dados capazes de mostrar se os canais de mídia comunitária recém-criados possuem um índice de falência elevado;
- se a distribuição da publicidade do governo é rigorosamente monitorada, a fim de assegurar o justo acesso por todos os segmentos da mídia;
- a existência de iniciativas por parte do Estado de modo a impedir ativamente a concentração indevida, assegurando a pluralidade e transparência da propriedade e do conteúdo nas vertentes pública, privada e comunitária da mídia;

Outros indicadores sobre o direito à comunicação, produzidos pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, na mesma linha, recomendam identificar entre os recursos públicos para a comunicação o quanto se gasta diretamente com o incentivo à pluralidade e à diversidade nos meios, tomando “o valor absoluto e valor

relativo de comparação com outros setores e com o total do orçamento público”; verificar “quanto deste montante é direcionado para políticas públicas de efetivação do direito à comunicação (estímulo à diversidade e pluralidade, políticas de acesso etc.)”; e ter em conta a distribuição de recursos privados e públicos destinados à publicidade nas mídias alternativas. Inspirados por esses indicadores, com base no presente mapeamento e em outras fontes, pode-se afirmar que:

- Atualmente não há, no Brasil, política pública ou programas de fomento destinados especificamente ao estímulo da comunicação alternativa e popular. A última iniciativa de fomento voltada para o setor foi o Prêmio Ponto de Mídia Livre, do Ministério da Cultura³², entre os anos de 2009 e 2010.
- Entre as 70 iniciativas identificadas por esse mapeamento, somente 10 se encontravam com financiamentos vigentes, em apenas cinco delas o recurso era estatal;
- O presente levantamento mostra que os veículos que iniciaram suas atividades na década de 2000 tiveram pouca durabilidade. Tal hipótese é confirmada pelo encerramento das atividades de 24 veículos criados nos anos 2000 (mais da metade do total, ainda segundo Mídia e Favela), quando solicitados a darem respostas referentes aos anos de 2013-2014. Outro dado relevante para tal constatação dá conta de que se em 2011, 45 dos veículos respondentes haviam sido criados na década de 2000, no segundo levantamento (2013-2014), somente 18 afirmam terem surgido naquela década, enquanto 29 aparecem a partir de 2011; ³². Na primeira edição do prêmio, em 2009, foram selecionados 78 projetos: 15 na categoria Nacional/Regional e 63 na categoria Estadual/Local. As propostas contempladas receberam, respectivamente, R\$ 120 mil e R\$ 40 mil, cada uma. Ao todo, foram distribuídos R\$ 4,3 milhões. Na segunda edição, em 2010, foram premiadas 67 iniciativas, 23 na categoria regional/nacional, com R\$ 100 mil cada, e 44 na categoria local/estadual, com R\$ 50 mil. Dessa vez o investimento do MinC foi de R\$ 4,5 milhões.

De acordo com Peruzzo (2008), apesar do destaque nas discussões internacionais sobre políticas democráticas de comunicação desde os anos 1970, o tema da comunicação comunitária desfruta de uma posição desvantajosa no contexto das políticas de comunicação no Brasil³⁵, seja nos âmbitos do Estado ou da sociedade civil. Ainda segundo a autora, o movimento pela democratização da comunicação tem priorizado, além dos debates sobre regulação da mídia corporativa, reivindicações sobre canais públicos, tecnologia digital e convergência tecnológica (Idem, 2008).

As demandas do segmento comunitário, inclusive aquelas sobre as condições de funcionamento dos veículos, têm sido encampadas por movimentos e organizações que lutam pela formulação de políticas e leis especificamente voltadas para o campo da mídia alternativa. Esse quadro evidencia a necessidade de um debate mais centrado na elaboração de políticas para os meios populares alternativos na pauta mais ampla da democratização da comunicação. 34. A democratização da comunicação começa a ser debatida pela Unesco nos anos 1960, permanecendo na pauta nas décadas seguintes.

No fim dos anos 1970, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação da Unesco, coordenada por Sean MacBride finalizou seus estudos, conhecidos como Informe MacBride, com um diagnóstico do fluxo informativo no mundo, que já identificava a necessidade de apoio à mídia alternativa e comunitária (PERUZZO, 2008, p. 9). 35.

Segundo Peruzzo (2008), é somente a partir de 1995 que as palavras “comunitário” e “comunidade” aparecem no texto de leis de rádio e de televisão no Brasil. “Esse quadro só começou a mudar com o avanço da comunicação comunitária, expresso na conquista de leis para as rádios comunitárias (1998) e os canais de uso gratuito na televisão a cabo (1995), entre eles, o comunitário. Não se pode dizer que não houve abertura para a inclusão dessa modalidade de comunicação, mas que essa passagem sempre foi tímida e restrita a aqueles indivíduos que têm alguma passagem relevante no setor” (Ibidem, p. 1).

O fim dos anos 1990 e início dos 2000 tem como marca a eclosão de movimentos de desarticulação da tradicional identidade cultural brasileira por grupos de jovens de origem popular – em sua maioria negros –, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Envolvidos ou não com manifestações organizadas de ativismo cultural e se utilizando de diferentes linguagens (desde a música, dança, teatro e

literatura até as formas mais clássicas de militância social, sem esquecer das hibridizações das primeiras com a última), esses atores são apontados por diversos trabalhos de teoria cultural contemporânea como responsáveis por recolocar³⁶ o questionamento de ideologias da mestiçagem e cordialidade brasileiras a partir da irrupção de identidades juvenis racializadas e territorializadas na cena pública.

Diante desse e dos demais desafios apresentados anteriormente, cabe a sociedade civil articular formas de intercâmbio entre veículos comprometidos com a pauta antirracista e os demais, mas também entre os primeiros e as entidades que tenham como objetivo enfrentar as desigualdades. Por parte do poder público urge que seja – com participação democrática – construída uma política nacional de comunicação, que contribua para:

- Criar condições para a apropriação de ferramentas de comunicação antigas e recentes por organizações da sociedade civil que tenham entre seus objetivos ampliar a participação política de grupos discriminados;
- Instaurar e manter fundos públicos voltados para a sustentabilidade dos veículos de comunicação popular digitais e não digitais;
- Regular sobre a distribuição de publicidade oficial, garantindo que parte dos anúncios seja veiculado por veículos alternativos;
- Fomentar a produção e produzir diagnósticos e indicadores sobre o nível de democratização da comunicação, disponibilizando dados desagregados por raça/cor e gênero;
- Estimular o desenvolvimento de intercâmbios e projetos envolvendo veículos de comunicação popular e organizações da sociedade civil comprometidas com a justiça social (em especial as entidades engajadas na luta pela superação do racismo);
- Criar um Conselho Nacional de Políticas de Comunicação cujas funções seriam estabelecer diretrizes para a regulação do setor; organizar conferências e consultas públicas sobre o tema, além de propor um plano nacional de comunicação social eletrônica; e acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas na área;
- Fomentar iniciativas de comunicação que contribuam para a promoção da diversidade regional, étnico-racial, de gênero, etária, de

orientação sexual e de crenças, potencializando o reconhecimento e a valorização das diferenças nas políticas voltadas para a redução das desigualdades.

* Fonte: Direito à Comunicação e Justiça Racial – Observatório de Favelas (pesquisa financiada pela Fundação Ford, da qual a referida pesquisadora compôs a equipe técnica)

3. CAPÍTULO II

3.1. Corpo comum: o início de tudo

O corpo, esse que a gente toca e vê, é chamado de ara, e quando morremos ele volta a se fundir com a natureza. Mas há também o corpo que não vemos, dividido em quatro partes. A primeira é o emi, o sopro vital que é criado por Oxalá e que depois de abandonar nosso corpo volta para as forças controladas por ele, para depois ser usado em outro corpo. A segunda parte é o orí, a cabeça, onde está nosso destino e que morre junto com o ara, porque cada pessoa tem um destino, ninguém herda o destino do outro. A terceira parte é o orixá, a nossa identidade, que define os nossos defeitos e as nossas origens, qualidades, forças e fraquezas, e que é uma parte muito pequenina do orixá geral, para quem retorna depois da morte do nosso corpo. E por último existe o egum, que é como se fosse a nossa memória de passagem pelo ayê, pela terra, o nosso espírito que volta para o Orum e que depois pode retornar, nascendo geralmente dentro da mesma família, por muitas e muitas gerações. (GONÇALVES, 2011, p.577-8)

O corpo é o lugar da atenção e da percepção de si e do outro. É nele e através dele que nos apresentamos ao mundo e, antecedendo a palavra, exibimos – mesmo que discretamente – muitas mensagens: gostos, preferências, costumes, inquietudes. É no corpo que habitam as marcas mais profundas do ser e as muitas formas de se querer estar e de se apresentar ao mundo.

“Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal”. (LE BRETON, 2012: 7)

Facilmente, o corpo é associado a uma máquina e o que se espera dela é, acima de tudo, o seu bom funcionamento. Um corpo que funcione bem é aquele sem características que escapam ao formato *sociomidiático* pré-estabelecido. É na mídia que suas representações são amplamente construídas e reproduzidas. Frases clichês

tornam-se mantras para que os corpos se adequem a lógica imposta pela mídia para se espalhem pela cidade.

Além disso, há um ato silencioso, atento e cruel: os olhares, associado a midiatização, sobre a corporeidade. Os corpos que não condizem com o que está pré-estabelecido quase nunca passam despercebidos tampouco são esquecidos. Pode-se dizer que é bom que sejam sempre lembrados para que não se perca a estranheza ao detectar suas diferenças.

Foucault (1987) salienta que as sociedades ocidentais produziram discursos de verdade sobre o corpo e o sexo, desenvolvendo assim uma “ciência corporal”, que pode ser considerada a base da medicina, demografia e pedagogia, fazendo do ato da confissão um dos rituais mais fundamentados para livrar o indivíduo de qualquer desvio. Isso significa, segundo Foucault, que a ciência tem a tarefa de produzir discursos de verdade sobre o corpo almejando um controle sobre este.

No mundo contemporâneo não faltam tensões (padrões) para circundar os corpos, em especial, aqueles que fogem às regras impostas pelo mercado, pela mídia e pelo senso comum e que escapam das convenções de beleza, tamanho, funcionalidade, origem, etnia, entre outras classificações. Sendo o corpo este fio condutor primário para o estabelecimento das relações sociais e coletivas, como a cidade e os meios de comunicação em geral convivem com os corpos que estão distantes do tipo ideal¹⁷ e como eles sobrevivem a cidade?

A sociedade midiatizada define e cobra, à risca, a implantação de seus padrões. Neste sentido, o papel mediador da comunicação auxilia no entendimento da relação entre os corpos e a cidade: “é impensável a ausência da comunicação. De igual maneira, torna-se paulatinamente impensável a presença da comunicação no sentido até então concebido, a partir da sua formação etimológica – pôr em comum” (PAIVA; 2003).

Este *pôr em comum*, muitas vezes, torna público críticas sobre o corpo do outro para lançar definições que subestimam este corpo que não cabe em uma estética coletiva padronizada, que se difere dos demais e é midiaticamente exposto por isto. Ele está fora do comum. Uma das consequências é o desprezo pelas diferenças e

¹⁷ *Tipo ideal* é expressão importante na discussão metodológica levantada pelo sociólogo Max Weber. “Refere-se à construção de certos elementos da realidade numa concepção logicamente precisa. A palavra ‘ideal’ nada tem com quaisquer espécie de avaliações”(GERTH, H & WRIGHT MILLS, C. “Métodos da ciência social” in WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p.73-79). Aqui faço referência direta aos corpos de minorias tais como negros/as, homossexuais, obesos, entre outros que em muitas das vezes são lembrados em situações de violência, ridicularização e preconceito.

particularidades do ser, recusadas pelo olhar de determinados grupos que se dizem dotados de uma razão superior.

No início de 2015, duas colunas jornalísticas de grande circulação, declararam em suas páginas a inconformidade com estes corpos que fogem as *regras*. Uma destas colunas defendia a cobrança de ingresso nas praias da zona sul carioca e a diminuição do número de ônibus que fazem o trajeto Zona Norte-Zona Sul¹⁸ aos finais de semana.

Enquanto isso, a outra colunista se divertia, segundo ela mesma afirmou era um texto de humor, com o comportamento do *pobre* quando vai ao médico ou precisa narrar/cuidar de algum problema de saúde¹⁹. A consulta clínica tornou-se um evento que influencia no traje, na postura e até mesmo na invenção de doenças – que ofereçam um certo requinte ao paciente de origem pobre.

Obviamente que em tempos de redes sociais e informações quase mais velozes que a luz, a repercussão foi imediata, com direito a desdobramentos infundos. Resultou em retratação e retirada do conteúdo das *urbes* virtual. A mensagem midiática, entretanto, cumpriu seu papel disseminador e já havia sido dada, está grafada e difundida. Entre rechaços, réplicas, houve também apoiadores e outros leitores que se identificaram com a rejeição ao corpo pobre, em muitas das vezes negro, e fora de lugar por ser ocupante de um espaço tão selecionado quanto a zona sul carioca, suas praias e consultórios médicos.

“Tentou contra a existência num humilde barracão. Joana de tal, por causa de um tal João. Depois de medicada, retirou-se pro seu lar. Aí a notícia carece de exatidão, o lar não mais existe. Ninguém volta ao que acabou, Joana é mais uma mulata triste que errou. Errou na dose, errou no amor. Joana errou de João. Ninguém notou, ninguém morou na dor que era o seu mal. A dor da gente não sai no jornal.”²⁰

Como bem diz a letra da canção “a dor da gente não sai no jornal”. O que ganha destaque, diante das preferências midiáticas, normalmente, são as mazelas e transtornos que estes corpos sem lugar trazem para a cidade, difundidos através de reportagens, crônicas, comentários e postagens. E não o contrário: pensar, a partir de uma perspectiva *comum* como a cidade recebe e lida com estes corpos que não se

¹⁸ O caos já se instalou no Rio, visitado em 13/01/2015: <http://goo.gl/T2MoLQ>. O site original foi retirado do ar.

¹⁹ O plano cobre: <http://oglobo.globo.com/blogs/silvia-pilz/>, visitado em 13/01/2015

²⁰ Notícia de jornal – Julinho da Adelaide/ Chico Buarque

encaixam em padrões e regras que, em sua maioria, discriminam, rejeitam e deixam à margem as diferenças.

As práticas comunicativas em comunhão com os corpos e a sociedade só podem inserir-se nos processos de mudança se interagir com os campos de experiência nos quais se processam, hoje, estas mudanças. Cuidado, sensibilidade, respeito também são critérios constituintes destas práticas

Pois os meios de comunicação não somente descentralizam as formas de transmissão e circulação do saber, mas constituem um âmbito decisivo de *socialização*, de dispositivos de identificação/projeção das pautas de comportamento, estilos de vida e padrão de gostos (BARBERO, 2003)

Por que estes corpos são escolhidos para crônicas urbanas estampadas nos meios de comunicação que circulam pela cidade? Para muitos, estes corpos são errantes pelo simples fato de existir. Provocação maior é existir e buscar o pleno direito à livre circulação, ao lazer, à praia branca, ao consultório médico que um dia foi somente da patroa e hoje também é da empregada. Diante da dificuldade em reverter esta realidade, resta aos *seleccionados* usar a mídia para, mais uma vez, demarcar o território urbano a que somente eles tinham direito anteriormente e quem pode e porquê pode circular por ele sem ser incomodado, sem vigília e punição.

Segundo Villaça (2014, p.55), pensando a partir de Foucault, “as relações de poder agem sobre ele (o corpo) de forma imediata: investem-no, marcam-no, vestem-no, supliciam-no, aprisionam-no ao trabalho, obrigam-no a cerimônias, em relações complexas e recíprocas”. Sendo assim, conteúdos como estes reafirmam o tratamento de choque que a mídia dissemina sobre os corpos *despadronizados* presentes na cidade.

O corpo pobre, negro, homossexual, gordo, transgênero, e inclassificável – os *corpos-minoria* – incomoda e para que ele exista e faça parte da *urbes* é preciso apontá-lo, sempre que possível como diferente seja no formato de notícia, crônica, humor e até mesmo conteúdo jornalístico. Pedir a readequação do espaço urbano e coletivo, a partir do olhar cruel sobre estes corpos, é assumir a existência de um caráter normalizador que não está aberto para a diferença tampouco para as subjetividades humanas.

Esse esforço midiático em padronizar a estética urbana a partir de discursos e narrativas repletas de (pre)conceitos subliminares tenta produzir uma espécie de universalização do ser, do indivíduo e sua corporeidade e também das formas de estar na cidade. Para Guattari (2000, p.39) “cultura de massa” e “singularidades” são expressões que não combinam entre si

“Elas são, na realidade, incompatíveis. A imprensa, enquanto produtora de cultura de massa, alimenta-se de fluxos de singularidades para produzir dia a dia, individualidades serializadas. Democraticamente ela “amassa” os processos de vida social, em sua riqueza e diferenciação, e, com isso, produz, a cada fornada, indivíduos iguais e processos empobrecidos” (GUATTARI, 2000, p.39)

As tensões ocasionadas pela prática midiática de universalização dos corpos e, conseqüentemente, da estética das cidades, fazem com que a experiência de vivenciar as diferenças no encontro com o outro, em espaços coletivos se transformem em uma eterna busca pela adequação de si e de seus corpos para que se seja aceito.

Quem não embarca nessa tentativa perde o direito de ser visto e acolhido a partir de suas subjetividades. Ao contrário, é apontado e excluído pelas suas diferenças. Assim como os olhares de julgamento, os espaços urbanos coletivos também expressam em seus mobiliários, espelhos, poltronas, catracas, acentos, a preferência por determinados tipos de corpos em detrimento a outros.

A comunidade pode representar para o indivíduo a via de estruturação da sua existência; é na relação com o outro que partilhamos o mundo.

O que se coloca em questão quando se fala em comunidade é a possibilidade de haver hoje um projeto comunitário em meio à heterogeneidade e à atomização societária reinante na grande cidade. Talvez, a primeira tentativa deva ser ingressar nessa ideia com a perspectiva do ser-em-comum (PAIVA, 2003, p. 79).

Nesta reflexão sobre a cidade e seus processos, associados à corrente midiática, Maricato também oferece contribuições importantes sobre a influência comunicacional na cidade:

“É evidente que a publicidade massiva e a mídia, de um modo geral, tem um papel especial na dissimulação da realidade da cidade e na construção de sua representação sobre os espaços de distinção. É evidente também que a

representação ideológica é um instrumento de poder - dar aparência de "natural" e "geral" a um ponto de vista descolado da realidade científica, que é construído por uma minoria, e que, nas cidades, está associado aos expedientes de valorização imobiliária. O que se quer destacar aqui é que não se trata apenas de uma manipulação sem consistência, produto da cabeça de alguns geniais técnicos de marketing. A manipulação das informações, leva em consideração aspectos que estão plantados no imaginário da população, aspectos ligados a seus paradigmas históricos, aspectos ligados à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudança de paradigmas existentes” (MARICATO, 1996)

Ainda que o cenário contemporâneo mantenha algumas heranças conservadoras do passado no que se refere a heterogeneidade e a busca por um corpo ideal representado por imposições que se distanciam da diversidade, os meios de comunicação alternativos – em especial os digitais – tem apresentado experiências significativas de interação do *corpo-mídia*. As performances comunicativas, artísticas e culturais desenvolvidas por indivíduos e coletivos muito tem contribuído para que a discussão sobre os outros corpos possíveis e presentes na cidade, se materialize.

Aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desigualdade social e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores (BARBERO, 2003, p. 69)

Desta forma, a comunicação quando entendida como a “colocação em comum” de sentidos da vida e da sociedade:

Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que seres humanos reconheçam outros seres humanos em duplo sentido: reconheça seu direito a viver e pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios (IDEM, p. 70).

A busca constante por apropriação do conhecimento acerca das novas tecnologias e coerência entre prática e discurso, no que diz respeito às suas especificidades técnicas e políticas, tem sido, não por acaso, pauta frequente para comunidades e movimentos sociais organizados em torno das mais diferentes identidades e causas.

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem, cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. (IASI, 2013).

“É no lugar, no território que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e da temporalidade – a história – da ação coletiva, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade, características fundadoras da comunicação humana, pois, mesmo atravessado pelas redes do global, o lugar segue feito de tecido de proximidades e das solidariedades.” (BARBERO, 2003, p. 58).

Neste sentido, a cidade é o espaço fundamental e também mais favorável para o encontro das diferenças e para o diálogo entre os corpos. É na cidade que se descobre o outro e encontra-se sentido de si mesmo na convivência com o próximo. Cabe a mídia o exercício constante de assumir seu papel de tornar comum e público a comunhão dos corpos diversos, múltiplos e heterogêneos e despertar possibilidades sensíveis que não devem parecer esgotadas: comunhão, igualdade, celebração e reconhecimento dos corpos plurais. Negar e subestimar os corpos presentes é também uma forma de mutilação de si mesmo e de um corpo-cidade que deseja estar cada vez mais vivo.

Nessa perspectiva, o indivíduo se torna responsável pela construção reflexiva do seu próprio corpo²¹:

²¹ “Desta maneira, se do ponto de vista de seus modos de realização as manifestações tensas de uma diversidade simbólica (mais fortes em determinados territórios nacionais do que em outros) ainda podem fazer-se presentes na atualidade, a designação “cultura popular” torna-se rigorosamente inútil. O que existe mesmo é o pluralismo dos modos de organização simbólica voltados para a produção do comum, a exemplo das comunidades litúrgicas afrobrasileiras (onde, alias, não encontra lugar o conceito de “cultura popular”) dos quais emerge a tensão da diferença frente ao paradigma civilizatório oficial. E a alegria é o grande diferencial dessas expressões constituintes de um comum. Na tensão que se revela coporalmente, pode ainda se autopotenciar a alegria, grande vetor de singularização. Na cultura midiática, tecnologicamente produzida, dependente de causas e finalidades comandadas pelo mercado, há sensação, emoção, vertigem e promessas de felicidade – jamais alegria. A alegria reserve-se à disposição que prioriza afetivamente – logo, por meio do corpo em sua concretude pulsional – o real humano em seus aspectos familiares, mas também o imaginário direto ou indiretamente articulado ao ultrahumano ou ao sagrado. Ela acontece onde a vida possa afinar-se lucidamente com o mundo em suas manifestações espontâneas, em suas afetações imediatas dos sentidos, sem o reardamento das abstrações da linguagem ou sem o recalçamento do corpo. Emerge, então, como a ponta extrema dessa celebração de um real que transborda e não se pauta pelo resgate religioso de uma grande metafísica originária, nem pela revelação do desejo divino de que o comum dos homens se submeta a um Absoluto. (SODRÉ, 2006, p. 223)

O corpo é cada vez menos um “dado” extrínseco, funcionando fora dos sistemas internamente referidos da modernidade, mas passa a ser reflexivamente mobilizado. O que pode parecer um movimento geral em direção ao cultivo narcisista da aparência corporal expressa na verdade uma preocupação muito mais profunda com a “construção” e o controle ativo do corpo. (GIDDENS, 2002, p. 15)

3.2. O corpo-coletivo: corporeidade

Forjou-se sua imagem em torno da submissão, da sensualidade, do perigo e do prazer, mas um prazer relacionado à pobreza, à miséria e à desordem, atributos que somados ao estereótipo da negatividade dirigida à sua cor de pele tornam-na em um ser duplamente discriminado: por ser mulher e por ser negra (SANTOS, 2007, p. 15).

Na sociedade de consumo, descrita por Baudrillard, o objeto de maior prestígio é o corpo. De acordo com sua abordagem que toma o corpo como um fato da cultura, na sociedade capitalista, o estatuto de propriedade privada aplica-se igualmente a este, à prática social e à representação que dele se tem, de modo que as estruturas de produção/consumo induzem no sujeito uma dupla prática. Começa com a representação de seu próprio corpo: o corpo como capital e como feitiço (ou objeto de consumo). Tal fato justifica o constante investimento da sociedade de consumo no corpo. Consequência de sua redescoberta, como coloca o autor:

A sua ‘redescoberta’, após uma era milenária de puritanismo, sob o signo da libertação física e sexual, a sua omnipresença (em especial, do corpo feminino – ver-se-á porquê) na publicidade, na moda e na cultura das massas – o culto higiênico, dietético e terapêutico com que se rodeia, a obsessão pela juventude, elegância, virilidade/feminilidade, cuidados, regimes, práticas sacrificiais que com ele se conectam, o Mito do Prazer que o circunda – tudo hoje testemunha que o corpo se tornou objeto de salvação. Substitui literalmente a alma, nesta função moral e ideológica (BAUDRILLARD, 2005, p. 136).

É fato de que a iconografia do corpo feminino ainda está diretamente relacionada a estruturas e papéis sociais determinados pelo passado, recoberto pelo estigma da inferioridade e demais características que a tornam ainda mais pejorativa. Desta forma, a corporeidade negra, em especial a feminina, é utilizada para esconder as relações raciais, que expõem a dominação de um sobre o outro.

O corpo, dotado de uma corporeidade, que não é apenas o discurso sobre um corpo, mas é também sua presença, um discurso que se faz *no* corpo. A produção, o armazenamento e a circulação conteúdo simbólico tem sido um aspecto central da vida social. As novas técnicas de apresentação dos produtos da mídia e das formas simbólicas definem e ressignificam o corpo nos dias atuais; interferindo no modo de vida e no cotidiano das pessoas; dão nova configuração pertencimento dos indivíduos a determinados grupos.

A corporeidade é manipulada de forma a atender interesses alheios à vontade do dono do corpo, e essa estratégia, na medida em que é fixada no imaginário coletivo, passa a ser traduzida como natural e inerente à condição humana, funcionando como instrumento de conhecimento e reconhecimento social. Mas também de manipulação e fortalecimento de estereótipos.

Corpos negros femininos existem nas interações sociais e nelas são significados. Os corpos negros são, então, reconhecidos pela pluralidade que mostra a diversidade estética de negros que compreendiam os países africanos, considerando a tonalidade da pele, a textura dos cabelos, a robustez dos corpos, a altura e a cor dos olhos.

Em se tratando, especificamente da mulher negra, há de um lado, a intenção relacioná-la ao espaço doméstico, numa tentativa incessante de mantê-la associada ao passado escravista, mas, por outro lado, alguns enunciados relacionam o corpo negro ao corpo exótico. Isso, retoma a questão da identidade: a corporeidade não estaria afinal interligada pela performance identitária?

Stuart Hall afirma que a identidade é discurso, mas também é prática. Assim, performamos todos os dias a corporeidade que nos tornamos culturalmente, nos gestos femininos, por exemplo, ou no jeito de falar da periferia. Essa corporeidade, portanto, não é determinada naturalmente pela genética ou pela biologia, ela é, conforme Hall, um fato discursivo e, como tal, é um texto disponível à leitura.

Na visão de Gomes (2006), por exemplo, o corpo e o cabelo são colocados como espaços de aceitação, rejeição e ressignificação. Dessa forma, o processo de

aceitação da beleza negra passa pelo tratamento dado ao corpo/ cabelo do negro. A discussão sobre a representação da mulher negra pela mídia, afere-se que ora há uma valorização do corpo negro feminino, ora uma depreciação deste. Ao mesmo tempo em que se explora a questão da pobreza, desigualdade e criminalidade muito relacionada ao negro, exploram-se aspectos positivos de sua corporeidade, relacionados à beleza e sedução. Um jogo extremamente perigoso e traiçoeiro. A expressão do corpo feminino negro na mídia constata que as representações trazidas são frequentemente estigmatizadas em torno de conceitos que destacam seus aspectos físicos, evocando um caráter de inferioridade.

Todo esse processo, que remete à aparência e ao comportamento, deve ser compreendido como uma complexa representação (e construção, ou em construção) da corporeidade da mulher negra e por que não dizer, do gênero feminino e da raça negra, pelo seu Outro, geralmente o homem branco, viajante (LEITE, 1996; LEITE, 1984)) jornalista (SCHWARCZ, 1987), escritor, médico ou antropólogo. Mais que isso, é possível agregar a variável espaço – sobretudo o doméstico – para focalizar a mulher negra e apreendê-la nessas representações em construção. O esvaziamento do outro, mediante a negação da diferença, torna-se ainda mais agudo quando estamos discutindo, especificamente, violência contra as mulheres.

A corporeidade é como o nosso componente de presença. Somos e estamos no mundo através de nossa relação com as coisas do mundo, de nossas atitudes e comportamentos neste mundo, de nossa intencionalidade de movimento, através de nossa corporeidade.

Ao considerarmos a nossa sociedade, onde pessoas são discriminadas e oprimidas em razão de sua cor de pele e posição social, observaremos que nela a cultura apresenta o corpo do Outro sendo caracterizado exclusivamente pela cor, características físicas e condição social. Segundo Bhabha (1998, p.107) "o corpo está sempre simultaneamente inscrito tanto na economia do discurso, da dominação e do poder." O corpo, neste caso, é o instrumento de representação do poder.

A corporeidade se constitui na relação do sujeito com o seu mundo. Considerando que a sociedade brasileira investe na marginalização dos corpos negros, através da difusão de estereótipos e do racismo, temos no corpo do indivíduo negro um possível espaço de resistência a essas correntes.

Os estereótipos são representações sociais institucionalizadas, reducionistas e reiteradas, uma visão que um coletivo social possui de outro coletivo social, ressaltando a dimensão negativa, transformando-a, para o receptor, em uma representação da realidade completa, que é o oposto da sedução, onde aceita-se uma pessoa, ou grupo, por uma dimensão que se mostra fascinante (FERRES, 1998).

Cientes do corpo como espaço para a significação do "Eu", percebemos na população negra, a identidade influenciada por toda a trama que se abate sobre sua corporeidade, da opressão à luta contra estereótipos. Pretende-se então a discussão sobre o corpo negro como espaço de significação e luta contra os estereótipos atrelados à sua corporeidade.

3.3. O corpo nos coletivos

“Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”.

Neusa Santos Souza

Passado mais de um século da abolição, o que ainda resta para os corpos negros é a presença de um passado excludente, racista, com índices baixíssimos de escolaridade e renda, sempre cercado de muita violência. O mito da democracia racial esconde problemas cada vez mais graves, exigindo um debate que inclua toda a sociedade e que seja capaz de desconstruir privilégios e apontar caminhos eficazes no enfrentamento ao racismo.

Os coletivos presentes nesta pesquisa demonstram que criatividade e inovação são fundamentais no fortalecimento de ações que resultem em práticas políticas antirracistas. O não-silenciamento é um deles.

“Foram anos e anos de medo e insegurança travestidos de timidez e descrição. Desde que me entendo por gente é na escrita que eu melhor expresso, que eu questiono e compreendo, que eu debato e faço mea-culpa. Mas eu sempre tive medo de mostrar minha produção e ser criticada, porém, quando comecei a ver na internet que várias meninas

utilizavam de seus escritos para um fazer político é que eu decidi me juntar a algum grupo e apresentar minha produção. Eu já vinha escrevendo, através de tatuagens, em mim mesma. Mas isso não ‘baixava’ minha inquietude. Na primeira reunião que participei fui direta: meu lugar de fala é na escrita. Escrever é como esfarelar o silêncio” (B²², 22 anos, estudante, seguidora do Coletivo Blogueiras Negras)

O relato de B, integrante de um dos coletivos virtuais pesquisados, mostra que assim como bem definiu Henriques (p. 13): “o silêncio oculta o racismo brasileiro. Silêncio institucional e silêncio individual. Silêncio público e silêncio privado. Silêncio a que nos habituamos, convencidos por vezes, da pretensa cordialidade ou do elegante mito da *democracia racial*”.

Castells argumenta que tudo o que fica fora da mídia é relegado à marginalidade política; conclusões, que extremas ou não, dão uma dimensão da posição de centralidade que os *media* assumem na sociedade. Castells, por outro lado, faz questão de ressaltar que os acontecimentos políticos no interior do espaço midiático não são determinados e sim enquadrados por ele, de modo que o que “o poder da tecnologia faz é potencializar de forma extraordinária as tendências já enraizadas na estrutura e instituições sociais”.

Desse modo, os coletivos aqui presentes realizam atos simbólicos para não restringir a luta antirracista apenas ao âmbito virtual. As questões relacionadas ao corpo negro feminino tem dimensões de luta política, afirmando a identidade diante das opressões que tentam dizer o contrário.

A existência, em especial a que está fora do círculo tecnológico (redes sociais) vem ganhando cada vez mais força em discutir opressões justamente pelo alcance que as ações virtuais vem tomando.

“Nós temos consciência de que nossa existência virtual e nossos atos no campo externo, representam muita coisa, inclusive a nós mesmas. Não se vence o racismo do dia pra noite, mas ter que pensar nele durante boa parte do seu dia, se incomodar com intervenções e discursos e, principalmente, esbarrar com corpos negros em espaços que em um tempo não muito distante só se via corpos brancos é de uma dimensão inexplicável, de uma alegria sem fim e com resultados imediatos, porém duradouros. Ainda que não sejam suficientes para reduzir a rejeição ou minimizar qualquer tipo de opressão aos nossos corpos, mas, eu

²² A pedido de algumas entrevistas, todos os nomes foram preservados afim de identificar participantes dos coletivos presentes nesta pesquisa.

acredito né, que de certa forma restringe e constringe quem as faz ou fazia de forma naturalizada. E isso, é bom. Não é o suficiente, mas é bom. Essa corrente, tem que virar onda”.
(C., 23 anos, estudante, seguidora do Coletivo Anastácia Contemporânea)

O racismo tem em sua constituição os discursos sobre o corpo. O poder racializado opera em e através dos corpos, localizando-se em uma arena de conflitos, pois é fundamental nas relações de poder para classificar e hierarquizar diferenças, no que se refere a dar sentido às relações deste corpo com o mundo, no caso do corpo negro feminino, limitá-las. A diferença não é um ponto de partida, mas de chegada – ponto de partida são as possibilidades concretas de diferenciação (SODRÉ, 1999).

Em muitos dos casos, o corpo é uma realidade social e o que fazem estes coletivos é um uso político de seus corpos – no caso a corporeidade de suas integrantes – uma vez que, individualmente, estes corpos são socialmente destituídos de direitos.

“Eu não vou dizer que participar do Meninas Black Power me faz existir mais do que antes. Não é isso, mas sem dúvidas eu acredito que eu sou mais visível do que antes. O coletivo dá sentido a coisas que eu pensava sozinha. Acompanhar a página e as atividades que o MBP realiza fora do espaço virtual só fortalece minha autoestima, meu autoconhecimento e minha formação cidadã enquanto mulher, negra, consciente do meu corpo e da minha estética. Eu diria que antes eu tinha total consciência da minha importância na sociedade em que vivo, no coletivo, transformei essa consciência em fazer político para mim e para muitas outras” (S., 19 anos, universitária)

Em contextos racializados, o corpo negro se torna um emblema étnico, transformando-se em suporte de construção de identidade (GOMES, 2003).



Anastácia Contemporânea compartilhou uma publicação.

17 de julho · 🌐

Na Tanzânia, nossa Anastácia Letícia Santanna foi parar em Zanzibar. Você já ouviu falar?

É uma ilha do oceano Índico, no continente africano onde a população fala swahili, uma língua que tem influência árabe, francesa e também portuguesa! Já que nossos colonizadores também comercializam escravos dessa região.

Hoje a ilha tem 99% de sua população islâmica e a arquitetura do lugar é incrível. É como uma Paraty árábica.... [Ver mais](#)



Encrespando por Meninas Black Power atualizou a foto da capa dele.

30 de agosto de 2015 · 🌐

Vocês pensaram que 2015 ia acabar sem Encrespando por Meninas Black Power?! Olhem a gente aqui! Está no ar o I Seminário Internacional Encrespando, organizado pelo Departamento de Direito da PUC-Rio, Núcleo de Estudos Constitucionais e Coletivo Meninas Black Power, que tem como tema "Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU) - 2015-2024". O I Seminário Internacional Encrespando é um evento gratuito e acontecerá nos dias 3, 4 e 5 de Novembro de 2015, na Pont... [Ver mais](#)



Curtir

Comentar

Compartilhar





Blogueiras Negras

13 de setembro às 21:00 · 🌐

Com o cabelo lindo e a autoestima elevada, por Alessandra Rocha Silva, Loreta Maria Berne, Rachel Quintiliano.

<http://blogueirasnegras.org/vO8nK>

"Chegamos a conclusão que ainda temos um grande caminho pela frente, mas, contamos com a experiência herdada das mulheres que vieram antes de nós. Contamos com a empatia daquelas que se enxergam na gente, na nossa história, nos nossos objetivos e temos a certeza, de que no final venceremos e, com o cabelo lindo e com a autoestima ele... [Ver mais](#)



O trabalho de campo mostrou que o corpo é o centro da militância de meninas e mulheres integrantes destes coletivos, que tem em comum a desconstrução constante e sistemática do mito da democracia racial. Lélia reforça esta afirmação, associada as imagens, ao dizer que

“Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (GONZALEZ, 1983:228)

Ao entender o corpo como lugar em comunhão com o conceito de minoria, chega-se a conclusão que a força motriz destes coletivos é o desejo de transformação, ou seja, metaforicamente ocupa-se um ambiente virtual, ali projeta-se acontecimentos vivências e experiências originárias de outros ambientes e este espaço é afetado pela presença e ação humana. E a escolha do espaço virtual, para além de um fenômeno midiático contemporâneo é também uma estratégia de ação que reverbera em territórios não virtuais. Neste caso, a referencia é topológica – a lógica das articulações do lugar. É um campo que polariza as diferenças e orienta as identificações (SODRÉ, 2005).

Os corpos negros femininos, tidos como minorias²³ que movimentam esse lugar – no caso o ambiente virtual, são uma tomada de posição no meio do conflito – neste caso, o racismo. Portanto, defende-se aqui que o *negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele* (IDEM, 2005: 12). Quando estes corpos ocupam lugares inesperados e se destacam, de forma ardilosa, são ressignificados, revistos e até diferenciados para que se distanciem do lugar onde comumente são vistos. Porém, a tática destes coletivos é justamente reafirmar a possibilidade destes corpos negros que ganham destaque se aproximarem cada vez mais do discursos de origem: embativo e resistente as práticas racistas.

“Ao longo da vida, sempre escutei frases do tipo: você tem traço fino, seu cabelo não é tão duro, sua pele não é tão escura... quando me dei conta, ainda jovem, do que isso significava, fiz e faço questão de me reafirmar cada vez mais negra, mais escura, com o cabelo ainda mais crespo. Não vou negar: me toma mais tempo, me custa mais caro, mas garante que mulheres negras diferentes de mim – seja física ou socialmente – possam ocupar ou vir a ocupar o mesmo lugar que eu. Essas frases são puramente racistas e separatistas. Querem que você acredite que você é melhor porque se difere de pessoas como você, mas na primeira oportunidade, te lembram exatamente quem você é, como deve ser vista, como deve se comportar e o lugar para onde pode voltar” (M., 35 anos, seguidora de todos os coletivos pesquisados aqui)

²³ O que move uma minoria é o impulso de transformação. É isso que Deleuze e Guattari inscrevem no conceito de “devir minoritário”, isto é, minoria não como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido, mas como um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade não capitalista. Este é na verdade um “lugar” de transformação e passage, assim como o autor de uma obra é um lugar móvel de linguagem. (SODRÉ, 2005)

Até o momento, estes corpos (*miolo* fundamental dos coletivos) tem mostrado que é necessário uma nova trama na atualidade, principalmente as que permeiam as relações sociais também nos espaços virtuais, com estruturas e práticas que se responsabilizem pelas mediações sociais. É próprio dos movimentos midiaticizados contemporâneos essa revitalização,

em que estética, espetáculo, telepresença, facilitarização, aparência de imprevisível atuam como forças em determinados momentos muito mais ativas do que os pressupostos básicos que mantêm a existência e o vigor do ativismo político no sentido tradicional do termo (PAIVA, 2000, p. 2)

É certo de que o acesso democrático aos meios de comunicação é fundamental para garantir a visibilidade e a viabilização de uma imagem que não a estereotipada pelos corpos vistos como majorias. Ainda que se reconheça a quase impossibilidade de democratização da mídia comercial, a presença de corpos *invisibilizados* é uma sombra pairante de democratização, que não está relacionada a produção independente e a ruptura com estereótipos, mas a uma forma autêntica de encontrar caminhos de se autorrepresentar ao mesmo tempo em que, na mídia convencional, acaba-se por ser representado.

4. CAPÍTULO III

4.1. Identidade e corporeidade negra na bios virtual

“Há sempre a carne (princípio de indistinção), o corpo (lugar da variabilidade simbólica) e suas imagens. A ideia contemporânea de um “corpo pós-orgânico” ou um tecnocorpo é a de uma invenção trabalhada primeiramente por computadores e imagens; depois, ou ao mesmo tempo, por discursos reestruturantes de identidades coletivas e por mitologias (literárias, midiáticas)...” (SODRÉ, 2013, P. 165)

Nos últimos anos, cada vez mais organizações de mulheres negras, coletivos e mulheres – de forma individual – desenvolvem ações para visibilizar o gênero feminino negro. E não é à toa: o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e o penúltimo a interromper o tráfico de seres humanos. Cerca de 10 milhões de pessoas, foram forçadas a vir para as Américas, 3,6 milhões desembarcaram em solo brasileiro.

Não há um dado estatístico de quantas eram mulheres. Entretanto, ao reconhecermos que o gênero feminino negro passa por adversidades superiores ao mesmo gênero, dá para se ter uma ideia de como era a vida das mulheres no momento de chegada ao Brasil e pensar, de que forma, pode-se transformar essa história na atualidade.

Os meios produzem discursos e nos dão noções de verdade, operando na nossa construção de sentidos. A produção desses discursos dá a esses sistemas o poder de controlar, redistribuir e organizar tecnicamente elementos que se constituem para muitos como o real, impactando diretamente na construção de identidades.

A experiência histórica da mulher negra é diferenciada, e esta diferenciação começa recentemente a reconhecer essa outra identidade: também feminina, porém negra.

“Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam/trabalham durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte

de um contingente de mulheres com identidade de objeto”
(CARNEIRO, 2003)

Os meios convencionais ao utilizarem a corporeidade negra feminina recriam a imagem da mulher comum aos senhores de engenho, objetificando este corpo e o trazendo a público de formas cada vez mais estereotipadas.

Em contrapartida, está a geração que também vive (dentro) da Internet, onde sujeitos sociais e seus corpos se expõem livremente: relatam experiências individuais, exercem a cidadania e participam – com seletividade²⁴ – das lutas antirracistas por intermédio do meio e também da estética.

É justamente no corpo que se tem a oportunidade de reafirmar sua identidade.

O corpo é a propriedade pela qual o sujeito pode fundar a sua extrema singularidade, registrar na carne a sua história na linha de contato e de intersecção com a história do mundo e dos lugares, mote para experimentar a si mesmo, peça de sentido para colher a propriedade das coisas e para afetá-las com a percepção e com a ação, recurso de entranhamento no tempo e de realização temporal no encontro com o outro, figura de interferência, de gozo - e de descoberta. (p. 250).

Por isso que a produção e circulação de informações e conteúdos simbólicos são aspectos tão centrais. Essa lógica midiaticizada está consolidada no ambiente virtual: ressignifica o corpo no mundo atual, influencia no modo de vida off-line, reordenam a lógica de pertencimento de mulheres em determinados grupos – que não se limitam somente ao espaço virtual.

“A rede social, seja ela qual for, não é o único caminho para a existência dos coletivos de mulheres negras, mas são muito importantes, ainda que eles não tenham nascido ali, mas é nesse lugar que as vozes ganham repercussão, alcance e compartilhamento (no sentido real, que eu digo). Hoje, um coletivo de mulheres negras de São Paulo, por exemplo, realiza uma atividade naquele estado e pede mobilização de mulheres do Rio, Bahia, Amapá. Se elas vão estar presentes? Sim, se houver tempo e recurso e sim também, ainda que não estejam lá presencialmente. As barreiras que enfrentamos hoje, de fato, não são mais físicas ou espaciais, são sociais porque somos mulheres, porque somos negras. Mas os coletivos, tanto o Blogueiras Negras, como tantos outros estão aí para questionar isso, mexer na estrutura e claro,

²⁴ A autora usa a expressão seletividade porque, ao pesquisar de forma genérica os coletivos presentes nas redes sociais, pode constatar que embora muitos sejam de e sobre mulheres, nem todos têm a luta antirracista como causa principal.

mudar, mudar e mudar” (J. 28, escritora e articuladora de rede – presente em todos os coletivos e mais alguns)

O real em si, como se sabe, é inexistente: o que há mesmo são efeitos de objetividade, a que costumamos chamar de “realidade” (SODRÉ, 2013, p. 123). Quem estabelece o conceito de realidade é o sujeito humano, que define o real e o potencial. Os coletivos presentes nesta pesquisa agem exatamente desta forma, são eles, a partir de suas organizadoras e ‘seguidoras’ que estabelecem essa conexão: criam na bios virtual o que desejam projetar no que se reconhece como real.

A corporeidade, assim como outros dispositivos de aproximação entre os seres humanos, requer uma compreensão simbólica e vinculação, ou seja, mediações constitutivas do ser humano. Hall observa que o corpo pode ser entendido como um texto, pronto para ser lido e interpretado. Como já foi dito anteriormente aqui, o corpo negro feminino permite leituras preconceituosas, discriminatórias e violenta, inclusive no ambiente virtual – o que também pode ser entendido como um movimento fluido comum a estes coletivos: reverbera-se para fora da rede o que nela é criado e vice-versa. Instituir a experiência negra feminina, no que se refere a sua corporeidade, não é nada novo, porém cada vez mais necessário. Significa demarcar o peso que a questão racial tem na configuração demográfica, na questão da violência contra a mulher nada mais é do que o movimento fluido criado por estes coletivos pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a —boa aparência, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2011).

“Muitos coletivos de meninas negras começaram porque queríamos discutir nossa estética, nosso cabelo, nossa maquiagem. A gente queria ser a Capricho que não tivemos quando éramos adolescentes, mas obviamente que, quando você mergulha por inteiro em algo tão profundo e tão significativo para você, inconscientemente, você está indo ao encontro de suas raízes, de sua identidade. Então nada mais natural e com tanto sentido, do que fazer da ferramenta virtual, dos nossos interesses pessoais uma artimanha, uma estratégia para falarmos de identidade. Sem nenhuma pretensão: a rede social, o computador, a internet é só mais um caminho que criamos para marcar esse lugar da invenção, da criatividade que temos naturalmente como estratégia de sobrevivência, de existência, senão, a gente não chegaria até

aqui, em pleno 2016, diante de toda a história que nós negros temos e vivemos. E também neste lugar, como fora dele, há ataques, há violência, que protege que as comete, mas da mesma forma nos atinge. Acho que de fato, mais do que nunca, nós estamos incomodando e isso é bom! É ótimo! Porque você pode ser atacado, sofrer racismo, mas a sua identidade está ali, virtualmente, fixada e também está na rua. Quem fala de blackpower na internet, não tá de peruca! A gente fala na internet, digitamos, mas é na pele, no cotidiano que ao expor nossos cabelos somos vítimas de piadas e atitudes violentas, é duro! Mas a gente não diminui o volume, nem do cabelo, nem de nossas vozes e ações”
(K., 29 anos, integrante do Coletivo Meninas BlackPower)

Fica visível que a construção do corpo organiza-se socialmente, seja no ambiente dito real ou virtual. As concepções que aprendemos e dispusemos como conhecimento são adquiridas a partir da mediação correlata entre corpo e cultura, sendo esta responsável por moldar os sujeitos e seus corpos de acordo com discursos e normas de cada sociedade, Rodrigues (2006:123) alerta que, "é a sociedade que manipula o corpo para expressar-se."

Deste modo, a corporeidade negra feminina é objeto de múltiplas opressões e centro de disputas políticas. Lamentavelmente, é esta violência de raça e gênero que aparece como crítica inicial e força motriz do corpo que sofre ao mesmo tempo que se identifica.

Assim, é possível crer que a corporeidade negra e a subjetividade construídas a partir de experiências racializadas, assim como as vivências diaspóricas que incorporam os ancestrais, as memórias da escravidão, os processos de exclusão e também a salvaguarda de patrimônios culturais, resultam em vínculos complexos, pertencimentos, estratégias de enfrentamento ao racismo e identidades que se incorporam nas definições de direitos de cidadania. Surge a possibilidade de uma resistência à invisibilização e desumanização, como realização do desejo de transformação que a própria enunciação da corporeidade negra contemporânea.

4.2. Coletivo é o lugar da fala, do corpo e da produção de conteúdo

Desde o final do século XIX, intelectuais negros/os refletem sobre ações de enfrentamento ao racismo e como a comunicação poderia contribuir. Havia desde sempre a necessidade de um pensamento político negro constante e atuante nos meios de comunicação e para além deles que construísse um discurso legítimo sobre questões transversais a raça, tais como, cultura, estética, política, violência, entre outras e como estas questões se relacionavam com os demais cidadãos.

Os espaços para estas discussões eram mínimos ou inexistentes, embora entendidos como necessários. Passaram-se décadas e hoje, os coletivos codificaram essa mensagem e adaptaram ao meio – no caso a rede – para sua forma de atuação: assumiram o papel de mediadores para seus públicos, nas redes sociais e também fora delas, fixando lugar concreto onde comunicação está associada diretamente ao campo da cultura.

Barbero explica que a comunicação é mais uma questão de mediação que de meios, questão de cultura e de reconhecimento. As mediações seriam as “articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais para as temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais”, que permitem compreender a “natureza comunicativa” do sujeito, esfera em que as noções de cultura e política são redefinidas, saindo da centralidade da esfera que avalia apenas a “mera circulação de informações” dos meios comunicacionais – na qual o receptor é apenas “decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem” – e partindo para o ponto em que ele passa de mero decodificador a “produtor” (MARTIN-BARBERO, 1997).

A escolha da mídia justifica-se pelas teorias definidoras da comunicação e pela estruturação básica do pensamento sobre comunicação e sociedade, que classificam os meios de comunicação (e a indústria cultural e seus produtos) como instrumentos de projetos de dominação, através da manipulação das consciências individuais com a utilização onipotente das tecnologias e dos meios de comunicação, em contraposição às teorias que defendem a ideia de que tais meios de comunicação são projetos de democratização da cultura e da informação para as massas.

Antes restrito aos debates acadêmicos ou governamentais, a democratização dos meios está cada vez mais presente na sociedade civil, que de forma espontânea e tantas outras autônoma cria seus fluxos comunicativos, com práticas concretas de

experiência e fluxos comunicativos, bem como na formulação de políticas públicas democráticas sobre o assunto. Mesmo reconhecendo a quase impossibilidade de democratização dos meios comerciais e privados, a compreensão do que se tem feito nos meios – seja na análise de imagens, produções independentes de conteúdo ou o ato de reagir a comunicação de massa – pode ser considerado uma ‘brisa’ de democratização.

“O que nós fizemos lá atrás para sermos o que somos hoje é fruto de muita dedicação, paixão e entrega, mas é fruto de pesquisa, observação e estudo principalmente. Chegou um momento em que, literalmente, tínhamos que escoar a nossa produção, como forma de reação e participação política. Era uma reação ao racismo, a violência e tantos outros atos que não podiam ser vistos e sentidos em silêncio. Reagimos em massa a ataques virtuais racistas e o resultado foi a repercussão e denúncia pública de quem cometeu o ato, nossos artigos foram publicados no nosso blog e muitos, acabam sendo compartilhados por outros sites ou pessoas que se reconhecem naquele discurso e tem a parte afetiva, porque sem afeto não dá! Nossa comunidade hoje é um lugar de relatos muitos profundos e sensíveis que dizem respeito a nós mesmas. Estão em um grupo seletivo, embora esse não seja o melhor formato, mas é ali que a gente se fala, se escuta e age. O que se faz na vida prática, concreta, também se faz no virtual. A gente fala de cabelo, de beleza e fala de homicídio da juventude negra. Falamos em conquistas, mas não esquecemos os retrocessos. O grande barato de tudo isso não é a internet, eu acho. A novidade está no que fazemos com ela: é um espaço de encontro, de construção coletiva de conhecimento, de troca de pensamentos, opiniões e experiência. Essa mediação é o trunfo. E cada vez mais esse trunfo se amplia: estamos ali, ao mesmo tempo em que fazemos encontros em Recife, Porto Alegre e Minas Gerais. Não temos a solução para enfrentar os desafios da comunicação, mas entendo que a comunicação é para todo mundo, ainda que alguns grupo detenha sobre ela hegemonia. Tem muita gente fazendo comunicação, produzindo ações a partir de um princípio comunicativo e ampliando seus canais de fala, de realização e, principalmente, de reflexão e produção de conteúdo. Isso é massa” (L., 32, Blogueira Negra)

Os movimentos de contrainformação como a multiplicação de veículos populares, alternativos crescem em concomitância com iniciativas, movimentos e cidadãos que, intencionalmente ou não, provocam as estruturas pré-fixadas do campo da comunicação, com participação direta na construção de políticas mais democráticas, inclusivas e plurais, que vem nos direitos à informação e à comunicação suas bandeiras. Paiva (2003) ensina que para o indivíduo, a necessidade de pertencimento à comunidade significa também o seu enraizamento no cotidiano

do outro, bem como o reconhecimento de sua própria existência. Ou seja, compartilha-se o espaço do existir, percebe-se a medida em que se descobre pelo olhar do outro.

As narrativas construídas por estes coletivos são sobre o lugar que a comunicação ocupa no campo da cultura, e não necessariamente sobre técnicas comunicativas o que nos permite compreender a natureza comunicativa do sujeito, onde o receptor é também produtor. Com viés da invisibilidade surgem duas novas ondas no panorama da produção midiática: tomar voz e dar voz aos, até então, invisibilizados – neste caso, mulheres negras, através de recursos midiáticos.

“A corporeidade da fala, concretizada na voz, permite pensar, como faz Barthes, a articulação entre corpo e discurso, que remete a outras possibilidades de atuação do *self*. E por quê? Porque, virtualizada, a identidade parece retornar ao grau zero do sujeito, neutralizando a pleora do sentido, o acúmulo histórico de significações que a constitui e conota” (SODRÉ, 2013, p. 164)

No caso das mídias alternativas, surgem no bojo dos movimentos e ações que encontram nos recursos e suportes midiáticos importantes suportes para desenvolvimento de novas expressões e alianças entre Estado, sociedade civil e grupos ideologicamente minoritários. Elaboram, assim, novos modos de representação contra-hegemônicos, acenando para a promoção de políticas públicas para inclusão social. Para o caso da grande mídia, é sobre novas formas de produção artística e cultural como ações inclusivas e sobre a utilização de novas tecnologias na indústria cultural (periférica), que tal tipo de produção tem se debruçado – elaborando algo em torno do conceito de “redenção pela arte e tecnologia” (BENJANMIM, 1975, p. 37).

4.3. Hashtags: alcançam o que dizem?

De acordo com o Mapa da Violência 2015²⁵, nos últimos dez anos, o assassinato de mulheres negras aumentou 54% e das mulheres brancas também, em 9%, no mesmo período. A padronização dos corpos e a manutenção de estereótipos é uma combinação brutal para todas as mulheres: para ter uma ideia a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. O relatório se baseou em nota técnica do IPEA²⁶ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicada em 2014, onde é constatado que 51% dos casos de estupro relatados são de pessoas negras.

A mídia, nesse sentido, contribui para a consolidação de um projeto em mão única, que pouca atenção deu à participação de certos segmentos populacionais no processo civilizatório brasileiro, fazendo, assim, de um país diverso e plural, um país unívoco, hegemônico, outro de si mesmo.

Jurema Werneck, uma das fundadoras da ONG Criola, afirma que faltam políticas para as mulheres negras. “Uma política pública justa e democrática precisa ser destinada a grupos específicos”, afirma. Segundo ela, ao tratar as mulheres de forma homogênea sem levar em conta os diferentes contextos enfrentados pelas negras e pelas brancas, o Estado “tende a privilegiar grupos privilegiados, e prejudicar grupos marginalizados”. “A mulher negra tem dificuldade de acessar não apenas a rede de proteção contra a violência, mas todas as outras”, afirma. “Muitas delas têm medo de recorrer ao Estado em casos de violência porque sabem que é o Estado que mata os homens negros²⁷, logo ela não confia nele.”

Foucault (2012) afirma que a questão referenciada das interfaces entre corpo e comunicação é ao mesmo tempo política e histórica, estando no lugar crucial onde a política se encarnaria nos corpos, nos gestos e nos desejos de cada um. A construção do entendimento do corpo em suas várias afetações — no sentido de constituir ideais e identidades, de gênero, de raça, por exemplo —, nesse sentido, se realiza por meio de tecnologias diversas. Tais entendimentos do corpo se inserem numa época em que este já não pode mais ser considerado como uma matéria imutável, mas sim como algo que possa ser transformado, aumentável e/ou tecnologicamente produzido.

²⁵ http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php

²⁶ www.ipea.gov.br

²⁷ <https://anistia.org.br/campanhas/>

“A hashtag nada mais é do que uma ferramenta presente na rede. Ela gera repercussão e denúncias sobre determinado assunto, mas não necessariamente soluções. Ela sobressai a rede, temos essa experiência com o #vempruarua, #meuamigosecreto (inclusive essa causou um aumento no número de denúncias de violência contra a mulher), #ocupaestelita, entre outras. Fato é que mesmo as mais detalhistas não abordaram até hoje o tema raça diretamente, não falaram somente sobre a mulher negra e, talvez, de fato não tenham que falar, porque se a ideia é ‘causar’ na rede, toda a militância virtual e fora dela nos mostra que esperar que o discurso sobre mulher preta ecoe como tantos outros é um trabalho árduo, persistente. Mas isso não diminui a importância dessa alternativa. Porque se queremos falar de gênero, com um recorte específico é importante sim que primeiro falemos de gênero, como um todo. Sempre é muito importante que falemos, de nós, das outras, mas que falemos. A hashtag seria uma boca a mais, ela reverbera temas e aí pegamos caronas com as nossas causas. Não é solução, é alternativa, estratégia e se a ideia é comunicar e despertar interesse, ela atende perfeitamente” (M., 18 anos, seguidora do Coletivo Anastácia Contemporânea)

O corpo, seja no ambiente virtual ou em qualquer outro, é sempre um dispositivo de criação e experimentação e, em contextos como o apresentado nesta pesquisa, espaço de luta, de escrita, de fazer comunicativo. O corpo tem sido reinterpretado e reivindicado por determinados sujeitos contemporaneamente (BUTLER, 2006), movendose entre as práticas impositivas e os discursos de controle institucional e as estratégias criativas de solidariedade e de atuação política em confronto com os discursos hegemônicos (SANTAELLA, 2007, p. 12).

A relação inseparável entre raça, classe e gênero é fundamental para compreender a violência simbólica estabelecida em nosso país, onde cada vez mais invisibiliza-se os corpos negros, jovens, femininos e masculinos.

Elias (apud SODRÉ, 2006, p. 32) diz que “é preciso perturbações sociais e uma grande miséria, é preciso, sobretudo, uma propaganda poderosamente orquestrada para despertar no indivíduo e legitimar de qualquer forma os instintos recalçados, as manifestações pulsionais proscritas na sociedade civilizada, tais como o prazer de matar e de destruir”. As hashtags são isso: tem a lança política bem desenhada nas redes e, carregadas de afeto e singularidades, ultrapassam o ambiente virtual, são temas de discussão pública, ainda que não solucionem temas e questões, perturbam, incomodam, gerando mais questionamentos – sejam só pela curiosidade ou significação – do que respostas e soluções. A hashtag é mais um sintoma da

corporeidade coletiva, presente no virtual e no que entende-se como real. Ela é a lacuna de destaque para provocar perguntas e gerar inquietações comuns a trama dos corpos na rede.

4.4. #somostodas é só para algumas – entre o virtual e o possível

“Há sempre a necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos negros, incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar coletivamente e escrever lucidamente. O peso desse fardo inescapável para alunos negros no meio acadêmico branco muitas vezes tem determinado o conteúdo e caráter da atividade intelectual negra.”
(HOOKS, 1995, p. 472).

A luta pela hegemonia e singularidade – comum entre as diversas classes sociais – sem dúvidas, passa pela imagem dos indivíduos e a construção de sua identidade. Um dos primeiros movimentos do conjunto de mudanças ocorridos a partir da década de 1970 foi a publicação de estudos que permitiram reconhecer a existência do racismo no Brasil – por mais que pareça supra evidente essa existência, visto que, como já foi dito anteriormente aqui e em centenas de outros estudos, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e há um genocídio crescente da juventude negra no país.

Em 1978, a articulação do Movimento Negro Unificado dá um passo fundamental na luta antirracismo. Entretanto, somente na década de 1990, o Brasil é oficialmente reconhecido como um país racista, passando a assumir a necessidade de políticas afirmativas voltadas à população negra no Brasil. No entanto, essas políticas só se tornam ações concretas a partir de 2000, no governo Lula. Além da criação da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, houve a implementação da política de cotas para negros nas universidades (hoje regulamentada pela Lei 12. 711 de 2012) e a inclusão do ensino da história e da cultura afrobrasileira e africana nas instituições de ensino do país (Lei nº. 10.639 de 2003). Em 2010, por fim, tivemos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, importante documento que regulamenta ações sistemáticas em relação à população negra.

A afirmação identitária – tema pouco difundido no campo das políticas públicas e sociais – é fundamental para que o Estado reconheça (e conheça) a população que governa. No caso do Brasil, a definição de fronteiras por meio da criação de dois polos (brancos e negros) contribui para o fortalecimento das narrativas identitárias e, conseqüentemente, para o acirramento das diferenças. Sodré (1999) afirma que “a excessiva preocupação ou a reivindicação de uma identidade é o sintoma mesmo de sua ausência ou, pelo menos, de sua formulação problemática por parte de um estrato oligárquico-patrimonialista dominante, sempre desejoso de manter uma unidade territorial caracterizada por relações de servidão entre o Estado (o senhor) e a nação (as massas real e tendencialmente excluídas)”.

Na esfera virtual, essa reivindicação excessiva que descreve o autor, aproxima-se das hashtag – recurso das redes virtuais para destacar o tema do momento. O coletivo Blogueiras Negras – um dos sujeitos²⁸ desta pesquisa – afirma que sua essência está em uma ação rápida de internet visando a proteção de uma integrante do coletivo.

“Quando nós lançamos #somostodascharô o objetivo da campanha era defender e proteger uma das integrantes do nosso coletivo de uma perseguição sofrida no campo virtual. Foi uma campanha forte, que nos permitiu vislumbrar um pouco do caminho que viria. Mas além disso, o que aprendemos com o uso da hashtag é que, primeiro, por mais que ela traga para o campo virtual uma situação vivida no real, ela não alcança a todos, mas mobiliza, sensibiliza e causa curiosidade. Esse não alcance, especificamente neste caso e em outros semelhantes, nos faz pensar que a questão envolvendo gênero e raça – em comunhão com o mundo real – não é tema prioritário da lógica racista, que embala a supremacia branca. Mas além disso, a hashtag incomoda, perturba, principalmente quem por ela se sente exposto. Ela é um meio de reação, de enfrentamento e de destaque no campo virtual. Assim como um protesto de denúncia, uma manifestação pública, na rua. Funciona, mas nem tanto. Como nossas conquistas são segmentadas, toda forma de luta, de reverbear nossa existência vale a pena. Mas a hashtag é só um pouco, nossa luta não cabe num símbolo de palavras cruzadas, definitivamente” (L., Blogueira Negra)

²⁸ Para o termo sujeito, atribuímos o mesmo significado dado por Foucault, em seu clássico texto “O sujeito e o poder”. Para o filósofo (FOUCAULT, 1995, p. 235), “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”.

Foucault concorda que a identidade é útil e importante, mas na medida em que ela é “apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações”. A identidade torna-se problemática quando torna-se “a lei, o princípio, o código de existência”, pois ela sugere que sejamos os mesmos e de certo modo nos aprisiona. (FOUCAULT, 2004, p. 265). A luta por significações culturais no campo do gênero e da raça interfere diretamente nos processos de subjetividades dos modos de comunicar: a experiência vivenciadas por estas meninas e mulheres é o que as transformam em agentes transformadoras do presente – seja ele real ou virtual

Para Foucault (2014) esse é um processo amplo e complexo que envolve a objetivação e a subjetivação, se completando na produção de sujeitos por meio da relação com os conhecimentos, saberes e da relação que o indivíduo desenvolve com os outros e consigo mesmo. Através do pertencimento étnico-racial, o sujeito negro constrói novas relações com os quais se identifica, produzindo espaços que fortificam a trama entre gênero, raça e corporeidade.

No que diz respeito às questões de gênero na internet, diversos tipos de violência contra mulheres também são reproduzidos na internet. Um estudo de 2014 da Pew Research Center, Online Harassment, revelou que 40% dos seus entrevistados já experimentaram algum tipo de violência na internet, mas que são dentre as usuárias mulheres que aparecem os tipos mais severos de intimidação. Do grupo de mulheres entrevistadas, na faixa etária de 18 a 24 anos, 26% afirmaram já terem sido perseguidas on-line e 25% já foram alvo de assédio sexual na internet.

A rede social, o bios virtual possibilita um outro espaço de discussão, debate e organização social. Movimentos sociais anteriores às redes virtuais veem nelas a possibilidade de reinvenção, fortalecimento e articulação, já os novos – nem tão novos assim, visto que desde o final dos anos 90 essa construção só aumenta - se formam na internet; novos sujeitos mesclam comunicação e identidade: criam novos grupos e coletivos, conteúdos diferenciados. Grupos historicamente marginalizados, como os raciais e os de gênero, se encontram na rede virtual e veem nela a possibilidade de se articular, a fim de reivindicar suas pautas que por tanto tempo foram ignoradas pela mídia (CASTELLS, 2013).

As tramas construídas na rede “são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (CASTELLS, p.7, 2013). O

fluxo de informação contínuo das redes sociais faz com que tanto notícia de grandes portais, como texto de blogs independentes se misturem no mesmo espaço.

Uma comunidade virtual é construída sobre as “afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LEVY, 2010, p.127). A ação contínua e crescente proposta pelas mulheres negras na esfera virtual tem cooperado para a desconstrução de discursos de opressão de gênero e raça, além do fortalecimento de identidade enquanto movimento social e político que “empodera” estas mulheres contra o sistema de privilégio e supremacia masculina e branca.

Os sistemas de comunicação produzem discursos e dão noções de verdade, fundamentais na construção de sentidos e perpetuação de narrativas. Assim também é em relação ao corpo, onde percebemos que há uma relação de múltiplos investimentos por parte dos meios de comunicação. Em parte, isso se deve ao fato do entendimento que temos do corpo enquanto o próprio lugar no nosso ser “no mundo emotivo, perceptivo e móvel” (SANTAELLA, 2004b, p. 10). Sendo que o corpo coletivo envolto nesta trama está sujeito a simbioses com dispositivos tecnológicos (SANTAELLA, 2004b).

O corpo como devir aponta, cada vez mais, para o corpo como possibilidade de criação e experimentação, e o reforça como espaço de luta. Não mais como uma totalidade homogênea, mas como interface, como “um mosaico flexível e permeável, cujas formas e estruturas se tornaram voláteis” (SANTAELLA, 2007, p. 11), o corpo tem sido reinterpretado e reivindicado por determinados sujeitos contemporaneamente (BUTLER, 2006), mutando-se entre as práticas impositivas e os discursos de controle institucional e as estratégias criativas de solidariedade e de atuação política em confronto com os discursos hegemônicos (SANTAELLA, 2007, p. 12).

Em 2012, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), realizou uma pesquisa que onde traçou o perfil dos profissionais de jornalismo, o resultado apontou que a maioria dos profissionais é formada por mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos de idade que representam 64% no total da categoria. As mulheres têm maior nível de escolaridade que os homens (IBGE, 2010), portanto são a maioria dentro de algumas redações.

A exaltação da diferença na sociedade configura as variadas posições do sujeito para reforçar a construção de uma narrativa a respeito do outro. Ou seja,

culturas que fogem ao padrão estabelecido são inferiorizadas para reforçar uma relação de poder entre os sujeitos, demarcando rupturas temporais, políticas e geográficas. A adoção de um modelo global eurocentrado, ocidental, sexista e racista constituem-se como tentativa de justificação da dominação não só geopolítica como também epistêmica e das desigualdades entre os indivíduos (CRIOULA, 2013, p.26).

Esse silenciamento contribui para o conjunto de princípios interiorizados que guiam a conduta das mulheres negras de forma inconsciente, provocando uma espécie de "asfixia social" (CRIOULA, 2013). São por estas razões que cada vez mais os coletivos de meninas e mulheres negros se entranham e se espalham na rede, pois ao ocuparem espaços não naturalizados como espaços possíveis para meninas e mulheres negras, o sistema que funciona por meio de recursos semióticos múltiplos entra em vigor para colocar esses corpos em seus devidos lugares, por meio de performances corpóreas discursivas bem delimitadas. A rede, com atos de violência e ataques racistas explicita este fato.

Considerando a trajetória textual de atos de fala performativos sobre raça, aqueles sobre a democracia racial continuam a navegar livremente pelas mídias e são entextualizados por diversos atores sociais.

Apesar do destaque qualitativo de discursos que se opõem a farsa desmascarada da democracia racial, não faltam razões para lembrá-la e fortalecê-la, numa lógica irreal e oportunista de igualdade de conquistas e direitos. As discussões e reflexões sobre a questão racial e seus efeitos semânticos chegam cada vez mais rápido às práticas sociais. Ainda assim, é possível deparar-se com sedimentações e normalizações oriundas de ideologias do pensamento da ciência da raça e da democracia racial (SODRÉ, 1999; TELLES, 2003) sobre negras/os que geram(ram) muito sofrimento.

De acordo com Gomes (2010), podemos dizer que a questão racial no Brasil tem sido deixada à sombra, apesar do seu crescente destaque na produção científica brasileira das Ciências Sociais e Humanas, devido à inserção de negras/ os nas universidades que almejam compreender as relações raciais no contexto das desigualdades sócio-raciais. Para a autora, tal questão não significa apenas uma mudança no olhar da ciência, mas também uma pressão de movimentos sociais de caráter identitário e de sujeitos sociais deixados à margem durante a Modernidade.

Neste sentido, as ações – ainda que virtualizadas – tem resultado direto e positivo no que se refere à visibilidade de negras/os e podem colaborar para

desestabilizar as sedimentações de raça que indexalizam narrativas que transitam pela sociedade e percorrem espaços outrora impensáveis, inclusive os digitais e tecnológicos.

Neste sentido, o mundo virtual e suas alternativas representam uma nova possibilidade, um novo espaço em que gênero e raça perdem força no que os vinculam com o convencional, quase sempre, empobrecedor e alienante. Donna Haraway, que postulou com veemência a necessidade de mudar de metáforas: “necessitamos o poder das teorias críticas modernas sobre como são criados os significados e os corpos, não para negar os significados e os corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham uma oportunidade no futuro”

As formas de criar o conhecimento, buscar e de ter acesso à informação têm se transformado cotidianamente. No movimento de mulheres negras é essencial que as tecnologias da informação e da comunicação sejam utilizadas para promover e incrementar os seus direitos.

A internet se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais justo e igual. A inclusão das mulheres negras no espaço público não supõe somente a extensão de direitos civis, políticos e sociais – mas, inevitavelmente, leva a transformar todas as esferas e questionar as relações até então estabelecidas e perpetuadas.

A configuração dos espaços público e privado na modernidade.

ESFERA PÚBLICA	ESFERA PRIVADA
Masculino	Feminino
Universalidade – neutralidade	Particularidade – parcialidade
Cultura – ciência – técnica	Natureza
Liberdade	Necessidade
Mente – produção de ideias	Corpo – produção de corpos
Razão – entendimento	Paixão – sentimentos
Ética da justiça	Ética do cuidado
Competitividade	Caridade – beneficência
Fazer	Ser
Produtividade – trabalho assalariado	Improdutividade – “não-trabalho”
“os iguais”: indivíduos-cidadãos	“as idênticas”: mães – esposas”

A experiência de ser mulher negra – no bios virtual ou não – atravessou o eixo dos saberes e dos poderes que até então atuaram sobre elas. Não cabe e não está limitado pela trama da rede ou por qualquer ferramenta de evidencialização – no caso a hashtag.

Ser produzida como mulher negra no eixo da ética é criar possibilidade para dobrar-se ou não sobre essas verdades. E neste sentido as ferramentas virtuais são essenciais, porém, não são únicas, não podem ser tidas como espaço de uma resistência binária em que as mulheres negras, pela força identitária da raça/etnia negra, passem a essencializar suas práticas.

Segundo Foucault (2004, p 155), “a escrita ajuda o destinatário e arma aquele que escreve – e eventualmente terceiros que a leiam”. A escrita, produzida sobre si, para si, sobre o outro e para o outro, envolve os processos de objetivação e subjetivação. Na medida em que o sujeito mulher negra compartilha com a outra suas visões de mundo, suas prescrições de como relacionar-se consigo mesma e a convida para fazer parte de seu universo, ao mesmo tempo há um processo de (re)elaboração que o ato de escrever (mais do que de falar) proporciona. (OLIVEIRA, 2015).

Trazer para a linguagem é produzir significados. E a hashtag, neste caso, é mais um processo de significação de si. De acordo com Larossa (2002, p. 20-21), “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco”.

É importante enfatizar que ao aproximarmos as implicações dos corpos ao seus modos de se apresentarem como constituídos pelos discursos, não é de forma alguma negá-los em seu caráter biológico, porém seu caráter irrefutável de modo algum implica o que significaria afirmá-las nem através de que meios discursivos (BUTLER, 2002, p.13).

Não há consenso, nem definição se a internet está ampliando as diferenças sociais ou empoderando vozes marginalizadas, mas sabe-se que “a continua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social” (CASTELLS, 2013, p.11). Essa proliferação discursiva é interessante para pensar não apenas as características de uma época, mas as condições que possibilitaram que a mulher negra

esteja na ordem do discurso, como propositora deste discurso e escrevente de uma narrativa que não se restrinja somente a hashtag e o símbolo (#) – no caso uma trama – que antecede seu enunciado.

4.5. Afroconveniência ou quando ser negra cai bem

A insurgência de novos atores periféricos engrandece o debate sobre novas esferas identitárias, de ativismo político, estéticas alternativas, midiativismo, mídias comunitárias e intervenções estético-midiáticas. Os grupos ideologicamente minoritários – negros, mulheres, homossexuais, moradores de territórios populares, etc – são fundamentais para que se legitime a exclusão midiática, traduzida como invisibilidade e não-reconhecimento.

Tais sujeitos adquiriram existência na esfera pública em meio a um contexto de forte descrédito nas instituições políticas e, por conseguinte, de transformação decisiva na percepção sobre o significado da representatividade, que passa equivaler mais e mais à visibilidade midiática. Entretanto, a presença da mídia em diferentes âmbitos existenciais incide sobre o enfraquecimento ético-político das antigas mediações, fazendo com que a tecnointeração tome o lugar da mediação, desviando atores políticos das práticas representativas concretas para a performance midiática. (SODRÉ, 2002, p.34).

Esse desvio, em muitos casos, oferece espaço para o que – no ambiente virtual, especialmente – é chamado de afroconveniência ou passar-se como negra/o para alcançar algum tipo de benefício e quando é pertinente para quem se traveste. Partindo apenas de estereótipos, a afronconveniência não hospeda identidade, pertencimento, em muitas das vezes, sequer relação ou proximidade com a temática negra.

“As datas comemorativas que se relacionam com a negritude costuma ser o pior momento. Pessoas que não têm qualquer vínculo, seja ela físico ou identitário com nós, mulheres negras, buscam desesperadamente algum tipo de relação, seja uma excelente roda de samba (sic) ou a feijoada tradicional da tia tal (sic) ou turbantes e guias, num simulacro desesperado e ridículo. É constrangedor, mas

acima de tudo desrespeitoso, violento e racista como a pessoa, sem
sobra de dúvidas é ao longo de toda uma vida. É um pacote completo
que se mistura com gestos medíocres e desonestidade intelectual
profunda” (O., 28 anos, estudante e participante de todos os coletivos
mencionados na pesquisa)

Os corpos negros, na contemporaneidade, propõem interações políticas por este canal de comunicação, demonstram domínio da produção discursiva, simbólica e relacional para a afirmação de identidades e culturas ameaçadas ou tidas como inferiores pela existência de outras.

Tomaz Tadeu da Silva (2004) escreve que “a representação é como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido” e como tal “é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”. Ou seja, quem possui mais poder de representar possui também mais poder para fixar, para definir identidades.

Ainda assim, a epistemologia da comunicação referente ao corpo negro e toda a produção de sentido em torno do mesmo não é capaz de gerar reflexões comuns a grupos não-negros. O que se sente com o corpo deve ser exprimível em termos de linguagem, ou seja, deve ser comunicável em termos objetivos.

Em se tratando do corpo negro, esta afirmação não é tão viável pois há pouco espaço objetivo para a comunicabilidade dessa experiência, uma vez que, em muitos casos, a expressão deste como é retida no local do sofrimento, do desabafo ou no triunfo do vivencial na identidade.

Fanon (2008, p. 107) nos ajuda a compreender esta contestação ao afirmar que “o mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse”.

O que o mundo, apresentado por Fanon e o mundo atual definem como *conduta de preto* é justamente esse lugar menor, pejorativo, menos qualificado, pequeno – ou quase nulo – de qualidades, repleto de erros e que, ao ser silenciado repetidas vezes, vai se tornando mudo, imperceptível, sem causar desconforto para quem o ignore.

Por mais que grupos e coletivos se constituam e proponham interações políticas por diferentes canais de comunicação, demonstrem domínio da produção discursiva, simbólica e relacional para a afirmação de identidades e culturas ameaçadas ou tidas como inferiores pela existência de outras, o corpo negro – por si só – não responde a perguntas que corpos não-negros são capazes de responder, não há oportunidade de escolha quando ser negra vale ou não a pena. Ser negra é condição, é realidade distante de vivências, pesquisas e estatísticas tais como diminuição de violência de gênero, transformações na esfera simbólica das relações com estes corpos e, principalmente, ações concretas de enfrentamento ao racismo que comprovem sua eficácias e poder de transformação social.

O corpo negro quando colocado no centro do pensamento e na proposição de perspectivas e formas de intervenção perde suas características negras relacionadas com o racismo, violações, conceitos e representações subalternizadas, mas que na prática objetivo reverberam em um volume maior do que o que foram capazes de produzir. Este conflito estético-político articula ordens de discurso e regimes do visível e do sensível.

A intelectualidade negra marca um posicionamento político diante da exclusão a que negras e negros vivenciam nas instituições de ensino superior e centros de pesquisa, inclusive os públicos como é este caso. Desde o final do século XIX, mulheres e homens negros buscam estratégias de enfrentamento ao racismo. E agora, mais do que nunca, não será diferente: os corpos negros se tornam marco fundamental para mover – mais uma vez – a placa tectônica das estruturas que de convenientes, se tornaram pejorativas desde sempre e inaceitáveis em sua essência.

Parte significativa da sociedade brasileira tem interesse em aprofundar o conhecimento sobre as representações no imaginário social que envolvem gênero, raça e direitos, com destaque para a articulação teórica e prática dos temas. Deste modo, o corpo negro – envolvido por gênero, raça e também como um todo – torna-se uma categoria analítica imprescindível para compreensão política da cultura nacional e da sociedade brasileira, uma vez que esse entendimento estrutura relações sociais e de poder. Neste contexto se definem também as lógicas, que orientam processos de afetividade, emoções, dinâmicas

de identidade, de relações sociais, de dominação, de estratificações e de onde parte a trama que envolve esse corpo.

Refletir sobre a importância das representações nos dispositivos identificatórios entre os grupos minoritários é reconhecer peculiaridades que vão desde a forma de emissão a recepção e percepção. Este exercício nos permite refletir sobre o modo como as representações de minorias, em especial, são produzidas e distribuídas, numa análise profunda dos processos comunicacionais, da emissão e recepção e da percepção, desconhecimento ou reconhecimento da mensagem.

A população negra se divide entre a satisfação e auto-declaração com a cor e as estatísticas que estampam a realidade. Essa é a parcela da população que mais sofre com a violência, salários menores e crimes racistas no país. Há a necessidade de romper com a imposição de se pensar representação e identidade de corpos não-brancos a partir da questão de quem teria propriedade ou não para elaborá-las e da impossibilidade que muitas destes corpos encontram para falarem por si mesmos.

5. Considerações finais

Eu-mulher

*Uma gota de leite me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue me enfeita entre as pernas
Meia palavra mordida me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos inauguro a vida.
Em baixa voz violento os tímpanos do mundo.
Antevejo. Antecipo. Antes-vivo.
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz. Eu força-motriz.
Eu-mulher abrigo da semente
moto-contínuo do mundo.
Conceição Evaristo*

É possível explicar a onipresença do corpo? Talvez seja essa a pergunta que mais me tenha feito ao longo de dois anos – em alguns momentos tenho a sensação de ter-me feito esta pergunta ao longo de minha vida. O corpo está por todos os lados, esparramado, silencioso, tímido, expressivo. Está posto e é visto. Nesta pesquisa é ele e suas detentoras o sujeito principal. Assim como acontece nos estudos culturais, no pensamento feminista, na arte e na ciência.

Para aqueles que estão refletindo sobre as novas formações culturais na era digital da comunicação em escala planetária, esse fenômeno pode ser em parte explicado pelas inquietações provocadas pelos processos de corporificação, descorporificação e recorporificação propiciados pelas tecnologias do virtual e pelas emergentes simbioses entre o corpo e as máquinas” (SANTAELLA, 2004, p. 133)

O desejo em ter o corpo como sujeito central deste trabalho passou por inúmeros atravessamentos, em verdade, nunca totalmente da pesquisadora em si, mas de opiniões e dizeres externos que não se diferem muito do que foi constatado no campo virtual. Por quantas vezes se ouviu que um pesquisador não deve falar sobre si mesmo, no máximo, sobre temas que o cercam e que ele revela algum tipo de intimidade. Mas como não falar do maior órgão que recobre o objeto central desta pesquisa – o corpo – e, neste caso, a pele? Por que pode ser tão prejudicial falar sobre si mesma e o contexto que está em sua volta? Seria medo da subjetividade da outra? Seria revirar privilégios e se deparar com preconceitos acadêmicos tão evidentes?

Hoje, ao final deste trabalho, vejo que seria muito difícil deixar de mencionar o lugar de quem desenvolve a pesquisa, produz e semeia o conhecimento: falo da auto-identificação que tenho com o tema. Tema esse que passa pelo feminismo negro, pelo uso social dos meios, mas principalmente, revela trajetórias individuais, vivenciadas de forma coletiva. Valladares (2007, p.153) afirma que a observação participante “implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para ‘negociar’ sua entrada na área. Uma fase exploratória e, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa”. Este trabalho busca, durante todo o tempo, referências femininas negras contemporâneas, anônimas, miúdas, mas gigantes no que se refere a disputa de narrativa e a reconfiguração de um modo de fazer política e comunicação que, embora ainda não transformem as péssimas estatísticas referentes ao corpo negro, possibilita que gerações presentes e futuras vivenciem experiências estéticas diferentes das vividas pela minha geração e gerações anteriores a minha.

Os coletivos negros compostos por meninas e mulheres não solucionam todos os problemas, tampouco, eliminam o racismo, mas existem. E na existência, permitem que outras meninas e mulheres existam com eles, possibilitam experimentações que nos foram negadas desde sempre e, para muitas mulheres, assim ainda continuam.

À mulher negra brasileira foi negada sua identidade enquanto sujeito político na história do país. Estereótipos, estigmas e lugares-comuns circundam a memória coletiva dos brasileiros, em que foi potencializado pela subvalorização do status dessas mulheres por meio do ideal de branqueamento da população. A variável racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Os questionamentos que permeiam essa pesquisa passam pelo mito da democracia racial, do branqueamento e a negação de uma longa trajetória de luta e existência. O racismo rebaixa o status dos gêneros²⁹. Estigmas e estereótipos costumam

²⁹ Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Enquanto, no mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. É o que aponta o Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, estudo elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Em 2013, 13 mulheres foram mortas por dia no país, em média, um total de 4.762 homicídios. Nesta edição, segundo a Flacso, o estudo foca a violência de gênero e revela que, no Brasil, 55,3% desses crimes aconteceram no ambiente doméstico, sendo 33,2% cometidos pelos parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Com base em dados de 2013 do Ministério da

a realidade das mulheres negras no Brasil, cabe a elas personagens que ocupam profissões menos prestigiadas, corpos ultraerotizados e a expectativa de reações mais grotescas do que a que teriam outras mulheres.

Cabe a nós, mulheres negras sentir mais dor na hora do parto e receber menos anestesia em procedimentos cirúrgicos. Por que? Talvez, pelo menos motivo que sugeriu-se a esta pesquisadora de não falar de uma corporeidade que também é sua e deter-se ao silêncio. É comum, inclusive em espaços de produção intelectual, que sejamos silenciadas. A nós é comum que se silencie e o grande desafio, enfrentado por estes coletivos de meninas e mulheres negras é justamente o contrário: nos potencializarmos, ativamente, através da estética, dos meios, da reflexão e da ação política.

A corporeidade é manipulada de forma a atender interesses sociais e comerciais, e essa estratégia, na medida em que é fixada no imaginário coletivo, passa a ser traduzida como natural e inerente à condição humana, funcionando como instrumento de conhecimento e reconhecimento social. A mídia brasileira apresenta e dá significado ao feminino negro servindo-se da iconografia de seus corpos. Nossos corpos tem uma dimensão central nas disputas políticas contemporâneas. “O corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo” (Nogueira, 1988, p. 41). São muitos os nós presentes na trama corporeidade, gênero e raça e há também um movimento coletivo que, respeitando as diferenças, fazem das estratégias de afeto uma arma poderosa na desconstrução de interpretações elaboradas sobre nós, onde nós – mulheres negras – sequer fomos consultadas.

Saúde, ele aponta ainda que 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por familiares. Sobre a idade das vítimas, o Mapa da Violência aponta baixa incidência até os 10 anos de idade, crescimento até os 18 e 19 anos, e a partir dessa idade, uma tendência de lento declínio até a velhice. O país tem taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde que avaliaram um grupo de 83 países, informou a Flacso.

6. Conclusão

*“A estética dos traços, a ética, a estática
Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros
Mãos bem mais macias que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante”
(Não vou mais lavar os pratos – Cristiane Sobral)*

Qualitativamente, democracia é um regime das minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é, aqui, uma voz qualitativa. (SODRÉ, 2009, p. 1). No momento contemporâneo atual nunca se fez tão necessário reverberar este conceito. Para que tenha uma ideia desta importância, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 53% da população brasileira se declarou como preta ou parda no censo de 2013, dado que não foi suficiente para diminuir o número de homicídios cometidos contra a juventude negra³⁰. Muito menos para evitar, como já foi dito anteriormente, que os números da violência contra mulheres negras crescesse ano após ano.

O que entende-se a partir do contraste entre o perfil racial de brasileiros e brasileiras e os dados relativos a violência contra esta parcela majoritária da população é que

Minorias não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica (IDEM, 2009, p. 12)

A tríade negra³¹ presente nesta pesquisa mostra-se disposta a ingressar na disputa contra-hegemônica, aliás, já ingressaram, entretanto erram quando acreditam que há uma fórmula determinante que defina a fórmula do fazer comunicativo. Não há. Os estudos dos meios devem estar associados a produção de mensagens situadas no âmbito da cultura, a partir de um prisma que privilegie a interação das mídias na mediação entre indivíduos na esfera da cultura e sociedade.

³⁰ Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Apesar dos altíssimos índices de homicídio de jovens negros, o tema é em geral tratado com indiferença na agenda pública nacional. As consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas. Fonte oficial: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

³¹ Coletivos formados por meninas e mulheres negras presentes nesta pesquisa: Blogueiras Negras, Meninas BlackPower e Anastácia Contemporânea.

As mensagens transmitidas “devem primeiro ser apropriadas como um discurso significativo e ser significativamente decodificada” (HALL, 2003, p.390). Ou seja, as seguidoras destes grupos precisam de fato estarem neles inseridas, para não repetir a prática de outros canais de comunicação, onde fala-se para fora, mas não se tem intimidade por dentro.

É necessário que se faça profunda reflexão sobre a importância de tais representações na elaboração de modelos identificatórios entre os diversos grupos minoritários brasileiros, para que se possa perceber as peculiaridades, tanto nas formas de emissão como nas formas de recepção e percepção. Tal método nos permite refletir sobre os modos como essas representações são tanto produzidas e distribuídas como recebidas e assimiladas, numa análise dos processos comunicacionais.

A cultura nas sociedades é expressa pelos corpos de seus indivíduos, o corpo cidadão se torna um arcabouço de símbolos e singularidades culturais do local e do tempo onde vive. Sendo assim, entender o corpo como matéria sociológica é ter em mente esta contribuição da cultura, da comunicação e conseqüentemente da política na formação deste cidadão, na constituição de sua corporeidade como sujeito social e das identidades coletivas.

“A diversidade dos modos de sentir e, ao mesmo tempo, a singularidade por vezes radical de cada experiência configurada fazem do sensível uma espécie de terreno brumoso para a consciência do sujeito auto-reflexivo porque o lançam numa imediatez múltipla e fragmentada, onde os julgamentos tendem a ser mais estéticos do que morais” (SODRÉ, 2006, p. 11)

Essa necessidade de se reconhecer a diferença entre meninas e mulheres negras presentes nos mesmos grupos não refere-se apenas a opiniões e visões de mundo, mas também esta relacionada às características estéticas de cada uma delas, que, em modo prático, transforma-se em política. Todos os cabelos são crespos, mas nem todos os cabelos são iguais. Todas as mulheres são negras, mas cada uma tem uma forma de se relacionar com o mundo e do mundo se relacionar com ela, a partir de sua negritude. Não que os coletivos unifiquem discursos e ações, mas a atenção para a diferença, para a diversidade negra é fundamental afim de que não se cometa os ‘erros’ comuns aos meios convencionais.

Martin-Barbero (2004) acena para o fato de que as alternativas de comunicação popular não devem, necessariamente, ser marginais às grandes mídias.

Entretanto, devem atentar para o fato de que as culturas populares não são homogêneas – tal qual o discurso construído pelas grandes mídias. O problema reside no fato de que no que é produzida para massificação e controle das massas, a cultura massiva tende a negar as diferenças, fazendo com que desapareçam por assimilação e, com isso, homogeneizando-as. Considerando que mesmo o gosto popular está moldado pela cultura de massa, reconhecemos que a comunicação será alternativa ao assumir a complexidade dos processos de massificação da cultura.

É preciso reconhecer a dificuldade que é essa reinvenção da forma de se fazer uso social e transformado dos meios. Pois se as técnicas, de certa forma, são as mesmas, o que tem-se como novo é a estratégia. Para ser efetiva, ela tem de calcular os aspectos de começo e de fim da ação e não se confinar ao detalhamento concreto da manobra a que se dispõe (SODRÉ, 2006, p. 10). A relação comunicativa para além do que se vê, precisa envolver subjetividades.

O filósofo Pierre Levy (apud MORENO, 2012, p. 57) afirma que toma-se o virtual como aquilo existe em potencia e não em ato. Assim, a imaginação, a memória, o conhecimento, a ficção científica, a invenção artística e a religião são vetores de virtualização bem anteriores à informatização e as redes numéricas.

O corpo enquanto território político supõe a concepção de que as mulheres negras compartilham um ponto de vista singular, perspectiva ancorada nas diferenças reunidas em seus próprios corpos, que conjugam as alegrias, dores e os paradoxos que marcaram, historicamente, as vidas dessas mulheres.

A ideia de contra-hegemonia, no que se refere à esfera da produção, incide no erro de que há uma fórmula determinante no fazer, que, ao reconhecer o lugar da habilidade na manipulação de artifícios que promovem a incorporação de mapas ideológicos, reduz a noção de recepção à atividade passiva, mera e simples acolhedora de mensagens complexas.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade. Reconhece-se o esforço dos meios alternativos e convencionais – que tem em suas práticas a luta antirracista – de não perpetuar a credence de que as relações raciais no Brasil são cordiais, ainda que se conviva intensamente com a dominação branca sobre os seguimentos étnico-raciais no acesso a bens materiais e simbólicos.

As desvantagens da população negra apontam que as diferenças do passado não são suficientes para explicar as desigualdades no presente. As diferenças de oportunidade, de ascensão social e o racismo dirigido aos negros são operantes para manter (e, em casos específicos, acentuar) as desigualdades, num processo de ciclos de desvantagens cumulativas dos negros (SILVA, 2000).

O diálogo entre os discursos identitários dos grupos sociais que compuseram a sociedade brasileira ganharam amplitude na constituição desta. A interpretação da corporeidade negra é conduzida pela maneira como foram veiculados os discursos sobre a identidade nacional, influenciando a forma como a população negra construiu sua autoimagem e por fim sua identidade coletiva.

“Tanto quanto na sociedade [...], prevalecem nos meios de comunicação – ainda que combinados a outros mecanismos – os mecanismos de denegação, do recalque, do silêncio e da invisibilidade. O racismo não se reproduz na mídia [...] através da informação aberta da inferioridade e da superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. O racismo tampouco se exerce por normas e regulamentos diferentes no tratamento de brancos e negros e no tratamento de problemas que afetam a população afrodescendente. As dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis ainda que sejam decididamente racistas (RAMOS, 2002, p. 8-9).

Nas últimas três décadas, as ações de enfrentamento ao racismo fortaleceram a amplitude da trama na sua forma de atuação e luta. As bandeiras espalham-se pela disputa de narrativa, pela valorização estética o reconhecimento das diferenças existentes entre os próprios negros, além do destaque para a luta das mulheres negras em causas coletivas.

Para que o sujeito construa enunciados sobre identidade, de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. Sodré afirma que o singular não   o individual, nem o grupal, mas o sentido em potência – portanto,   um afeto, isento de representa o e sem atribui o de predicados a sujeitos. A corporeidade negra, luta em prol da diferencia o sim, pelo respeito   sua individualidade e pela sua fixa o no cotidiano, modificando seus discursos, impregnando seus repertórios de representatividade. Assim as práticas discursivas dos corpos negros   aquela em que os discursos sobre o racismo e sobre o branqueamento se fazem presentes em uma

relação conflituosa e que acaba por sedimentar uma identidade coletiva onde os sujeitos se apropriam de seus repertórios e utilizam-se deles como aportes e suportes para sua identidade pessoal.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUDBrasil), o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos e legitimar a dominação de “raças” supostamente inferiores (PNUD, 2005, p.13). Por isso, os discursos são compreendidos como forma de transmissão de significados que exercem papel, ao todo ou em parte, não somente para a difusão e reprodução (de racismo gerado em outras instâncias), mas também para a produção do racismo.

Não há como enfrentar o racismo sem o reconhecimento da necessidade de mudanças na comunicação de massa no Brasil, tradicionalmente branca, concentrada, de natureza familiar e elitista. Há necessidade, todavia, de desmontar o mito da democracia racial em favor da articulação das estratégias antirracistas. Visto que as origens do preconceito racial no país remontam o projeto moderno de formação de uma identidade nacional, que começou a ser posto em prática no Brasil a partir de 1820, com o advento da Independência, a sociedade colonial teve que reinventar a sua identidade no momento em que rompeu com a colonização europeia (SODRÉ, 1999, p.77).

A perspectiva racial de gênero é apropriada para a análise dos processos de reprodução das desigualdades de raça e gênero. Ela revela que medidas voltadas somente a superar as desigualdades raciais ou exclusivamente a combater as desigualdades de gênero são insuficientes para a promoção da cidadania plena das mulheres negras (CRENSHAW, 2002, 2004; WERNECK, 2006; SANTOS, 2009). As mulheres negras compõem o grupo sobre o qual incidem dois diferentes eixos de opressão, gerando estereótipos negativos e piores condições de vida. Ao pensar uma forma de combater ao racismo, seria necessário inventar ou descobrir “técnicas e linguagens” que fossem capazes de tocar no imaginário social, superando os limites da razão (MUNANGA, 2001).

O racismo é um fator de subvalorização dos gêneros, colocando em patamares sociais diferentes negros e negras e os grupos racialmente dominantes. No caso das mulheres, essa combinação faz com que os padrões sociais e estéticos das mulheres brancas – e com maior poder aquisitivo – sejam explorados, valorizados e propagados, operando de forma a excluir os gêneros subalternos. A compreensão dos

mecanismos de exclusão e a elaboração de respostas institucionais que desafiem o racismo e o patriarcado pressupõem o exame das dinâmicas de dominação sobre as mulheres negras.

O corpo dócil³², atribuição dada comumente às mulheres negras e que nada tem a ver com carinho, vem sendo substituído pelo corpo político em concomitância com ações promovidas por meninas e mulheres negras que não se identificam – desde sempre – com essa definição. É uma estratégia sensível de enfrentamento do racismo combinar discurso militante à produção de indicadores, a fim de revelar, de forma objetiva, os danos que o racismo tem causado à população negra nas mais diversas dimensões (saúde, educação, segurança pública etc.). Esses ativistas/pensadores não só aprenderam como se apropriar dos dados disponíveis e produzi-los, como também passaram a influenciar a expansão da relevância do quesito cor em diferentes campos do saber, fazendo com que essa variável (a cor) seja atualmente em muitas áreas uma necessidade. Não apenas como objeto de pesquisa e curiosidade, mas como sujeito, agente criador e transformador da realidade contemporânea.

É assim que a voz negra tem conseguido intervir nas discussões que tentam silenciar e desmotivar organizações e coletivos que pensam a negritude a partir de outras perspectivas, tais como gênero e raça. Foi-se o tempo da inocência, onde o negro e a negra não falavam sobre si mesmos. Deixar de ser inocente é abandonar a roupagem de objeto e atuar como sujeito ativo na História e, ainda que esta seja uma transformação individual é também um agir coletivo que pressione por políticas públicas que contemplem os alvos históricos da discriminação racial no Brasil. As conquistas já estabelecidas e as que ainda estão por vir são direitos civis, decorrentes da luta da minoria negro-brasileira, essa expressiva maioria populacional, contra a desigualdade social por efeito da cor da pele (SODRÉ, 2003, p. 20). Os nossos passos vem de longe (WERNECK, 2000) e não é de hoje, portanto, essa pesquisa deve ser tomada como mais uma ferramenta de luta no fortalecimento desta caminhada que, mesmo tortuosa, deve ser celebrada pois “a alegria é sem pecado, sem perdão e sem submissão” (SODRÉ, 2006, p. 223). Um corpo negro alegre, é ato político em defesa da vida e da garantia de direitos.

³² O *corpo dócil*, para Foucault, é um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. É um corpo objeto e alvo de poder: que se treina, obedece e cujas forças podem se multiplicar. Fabricavam-se assim corpos submissos e exercitados, *corpos dóceis*, aumentando as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e diminuindo essas mesmas forças em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2011).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSEL, Thiago Araújo. Novos mediadores, representações da favela e produção cotidiana da identidade do favelado. Rio de Janeiro, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. “A dupla experimentação”. In: Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BHABHA, H.K. O local da cultura. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

BRIGNOL, Liliane. Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. 2010. 404 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paula, Perspectiva, 1974.

BRANDÃO, Carlos R. Identidade étnica: Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Gustavo. A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Janeiro: FGV, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. O poder da Identidade. Vol.2. Sao Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

COGO, Denise. Los Estudios de Recepción en América Latina: perspectivas teóricometodológicas. Barcelona: Portal de la Comunicació do Institut de la Comunicació (Incom/UAB), 2009. Disponível em: <http://www.portalcomunicacio.com/download/48.pdf>

EAGLETON, Terry. A ideologia da estética. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELHAJJI, M. Da semiose hegemônica ocidental: Globalização e convergência. Rio de Janeiro, Eco-Rizhoma, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar editor, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, Editora da UnB, 2001.

FRANKENBERG, Ruth. Displacing whiteness: Essays in social and cultural criticism. Durham, Duke, 1997.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. O cuidado de si, Rio de Janeiro, RJ, Graal, 1985.

GERTH, H & WRIGHT MILLS, C. “Métodos da ciência social” in WEBER, M. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p.73-79.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. Micropolíticas: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. “Quem precisa da identidade”. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, in: SILVA, Thomaz Tadeu da (org. e trad.). Antropologia do ciborgue, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

HOFF, Tânia Márcia Cesar. O corpo imaginado na publicidade., in Cadernos de Pesquisa ESPM. São Paulo: ESPM, n1, vol. 1, mai./jun. 2005, p.9-64.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEVY, Pierre. O que é o virtual? São Paulo, Loyola, 1998.

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos. Rio de Janeiro, Forense, 1987.

MARICATO, E. Brasil, *Cidades: Alternativas Para a Crise Urbana*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 2001 (2. Ed).

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (Org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MUNANGA, Kabengele . *Negritude: Usos e Sentidos*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Jenyffer Silva do. Terra fértil. São Paulo: Ed. Do autor, 2014.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo (1993) Dialéctica de la mediación televisiva – estructuración de estrategias de recepción por los televidentes. Anàlisi. Barcelona, n. 15, 1993.

PAIVA, Raquel. O Espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “Patologia Social do 'Branco' Brasileiro”. In: Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. Corpo e comunicação: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

STAM, Robert e SHOHAT, Ella. “Estereótipo, realismo e luta por representação”. In: _____ . Crítica da imagem eurocêntrica. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia?. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis,RJ: Vozes, 2006.

_____. A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005.

_____. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Imagi Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

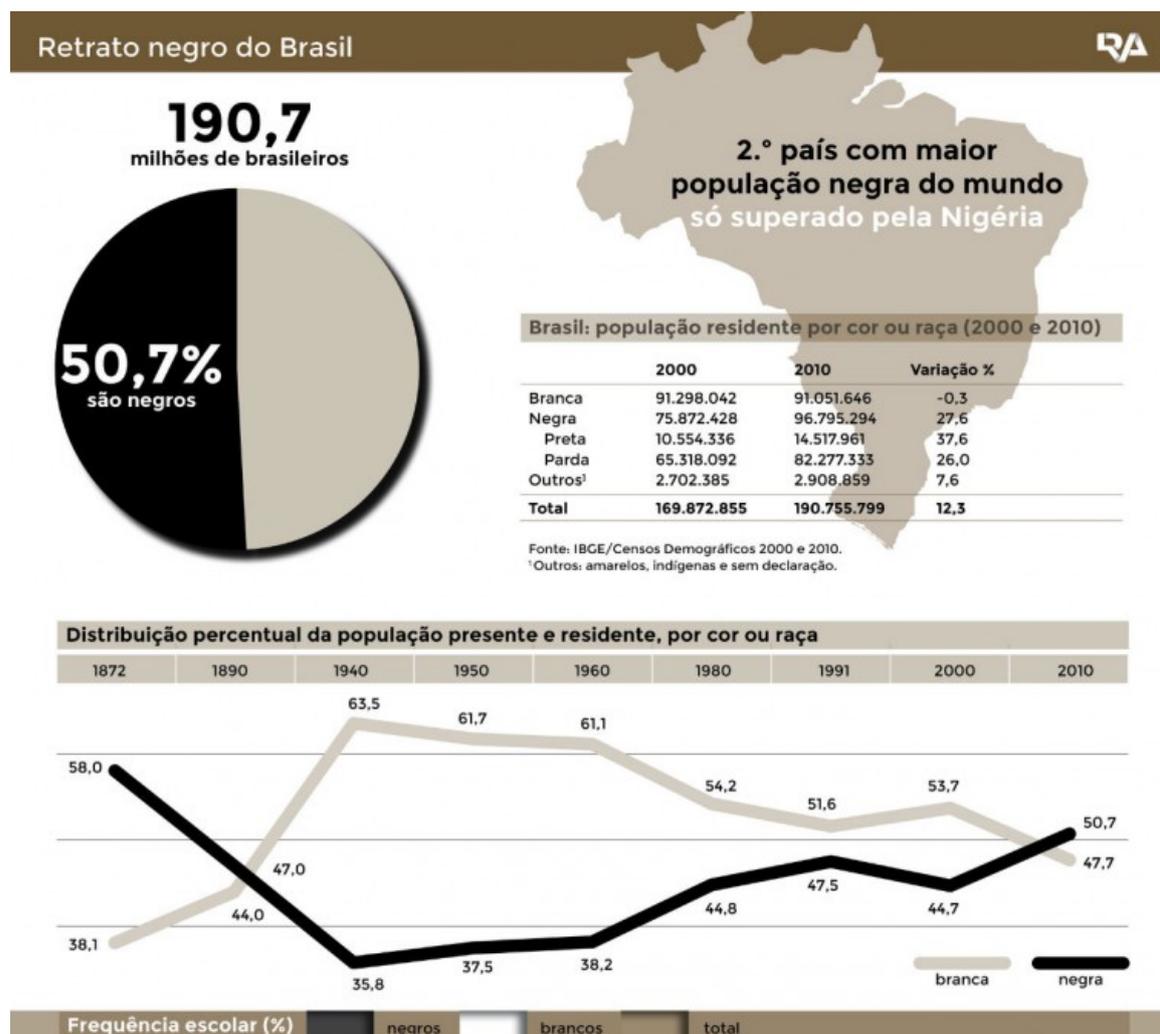
SOVIK. Liv. Aqui ninguém é branco. Rio de Janeiro. Ed. Aeroplano, 2009.

DIJK, Teun A. van. Racismo e discurso na América Latina. 2. Ed, São Paulo: Contexto, 2012.

VATTIMO, Gianni. A sociedade transparente. Trad. Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Antropos, 1989.

VILLAÇA, Nízia & GÓES, Fred. Em nome do corpo. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

8. ANEXOS



Ir para edição atual

piauí 62 novembro

Anuncie na piauí

ASSINE PIAUÍ POR 2 ANOS E GANHE O TERCEIRO ANO.

Onde buscar: Busca

Ok

Busca avançada

Login:

Onde encontro o código?

Ainda não sou assinante

Neste Mês Outras Edições Blogs Só no site Quem faz Cartas Assine Contato

Edição 62 > _anais da fotografia > Novembro de 2011



Assine a revista piauí com desconto

 clique aqui

The piauí Herald
O BLOG DO DIÁRIO MARIELEGANTE DO BRASIL

 **Próximo pronunciamento de Dilma ensinará receita de coxinha**
GERO - Por sugestão do chef de marketing João Santana, o próximo pronunciamento de Dilma Rousseff trará sugestões para...

 **Contrato de Xuxa lido ao contrário traz mensagem bíblica**
XÊU - Um exército evangélico convocado pela Record para viabilizar a contratação de Xuxa revelou os bastidores da...

 **Governo contrata Supernanny para lidar com Renan Calheiros**
PARQUINHO - Sem paciência para a pirâmide de Renan

Ódio revisitado Compartilhar: 

O flagrante orbitou pelo mundo. E o rosto de uma adolescente de 15 anos tornou-se a imagem oficial da intolerância racial na América

por Dorrit Harazim Imprimir: Tamanho da letra:

Nada mais fugidio e elusivo do que o "momento decisivo" perseguido e fotografado por Henri Cartier-Bresson ao longo da vida – aquele que define a essência de uma situação. Não raro, esse instante se apresenta sem avisar.

Fonte: Revista Piauí, novembro 2014.



blogueiras NEGRAS

INFORMAÇÃO PARA FAZER A CABEÇA

egras na América Latina ▾ Afrocolombianas de San Basilio de Palenque: uma experiência de resistência e liberdade. ▾ É



Homepage Blogueiras Negras



Toda jornalista negra é ponta-de-lança
jan 19, 2015 0





Fonte: Portal Geledes



Campanha “O que é ser uma mulher negra contemporânea?”, março de 2015, Brasília-DF



Capas de Dezembro de 2015 das três maiores revistas femininas de circulação no país